

2018

RELATÓRIO & CONTAS

IMPAR – COMPANHIA CABOVERDIANA DE SEGUROS

Sede Social

Praça Amílcar Cabral

C.P. nº 344 – Mindelo – Cabo Verde

Tel: +238 230 40 10 Fax: +238 232 66 43

Sede Administrativa

Avenida Amílcar Cabral

C.P. nº 469 – Praia – Cabo Verde

Tel: +238 260 31 20 Fax: +238 261 37 65

[**www.impar.cv**](http://www.impar.cv)

Índice

01 – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
01.01 Mensagem do Conselho de Administração	4
01.02 Governação da Sociedade	6
Estrutura e modelo de governo	6
Órgãos Sociais	10
Código de conduta	11
Política de remunerações	12
01.03 Enquadramento da atividade	13
Enquadramento Macro-Económico	13
Mercado de Seguros em Cabo Verde	19
01.04 Análise de Gestão	20
Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno	23
Gestão de Ativos	24
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	25
Recursos Humanos e Formação	25
Capital Próprio e Margem de Solvência	27
01.05 Perspetivas para 2019	27
01.06 Proposta de aplicação de resultados	28
01.07 Nota Final	28
02 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
03 - ANEXO ÀS CONTAS	37
04 - PARECER DO ATUÁRIO	107
05 - RELATÓRIO DE AUDITORIA	109
06 - RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO	113



01 – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



01.01 Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2018 ficou marcado pela, já consolidada, boa performance do negócio segurador e por alterações significativas nas demonstrações financeiras em consequência da plena adoção das normas das IFRS e das IAS.

No segundo ano de atividade da aliança estratégica entre a IMPAR e o BCN, a posição da Companhia no mercado continua robusta e uma vez mais ficou demonstrada a sua solidez financeira e capacidade para perseguir oportunidades que reforcem o posicionamento competitivo e se tornem uma plataforma para o crescimento futuro.

Continuando a contar com uma produção acima de um milhão de contos, em 2018, a Companhia e as suas soluções de proteção continuaram a merecer a confiança dos clientes, materializando-se num aumento de 6,5% dos prémios. Para a obtenção deste crescimento, foi fundamental o papel da bancassurance indo ao encontro das necessidades específicas dos clientes comuns entre a Banca e os seguros.

Nesta base, ao longo de 2018, o Conselho de Administração decidiu a alteração da estratégia de distribuição, com a junção dos serviços da banca e seguros em alguns concelhos do País, que permitiu assegurar os níveis de eficiência operacional, bem como uma estabilização e redução de custos nos próximos anos. O impacto desta descontinuação de plataformas de distribuição irá traduzir-se em importantes ganhos sinérgicos.

É convicção do Conselho de Administração que a decisão de alteração da política de distribuição da Companhia é criadora de valor para os Acionistas, aporta garantias de eficiência de gestão das operações e permite o foco no desenvolvimento de negócio onde a Banca já demonstrou as suas capacidades e identifica potencial de resultados no futuro.

O impacto da total adequação das contas da IMPAR ao normativo internacional de contabilidade IFRS imposto pelo novo auditor PWC – Price Waterhouse motivou o forte crescimento dos resultados, muito em consequência do modelo de registo das mais valias potenciais que passaram a ser registadas nas contas de proveitos em contraponto com os anteriores lançamentos nas contas de capitais próprios.

Expurgados os efeitos da aplicação desses normativos sobre o modelo de expressão das contas, destaca-se a boa performance do negócio segurador, ao nível das últimas



anuidades, sustentado pela atividade comercial, bons níveis de sinistralidade e otimização de relações com parceiros.

Atuando num contexto desafiante, esta performance é demonstrativa da qualidade do mix de negócio estratégico, focado na proteção de riscos de acidentes e habitação, e da eficiência operacional e qualidade nos serviços internos e externos, que permitem rápidas adaptações e respostas num ambiente em constante mutação.

Como empresa de interesse público, entendemos que temos responsabilidades com diversos stakeholders, incluindo Acionistas, Clientes, Colaboradores, Estado, Reguladores e com a Comunidade onde desenvolvemos a nossa atividade. O nosso compromisso para com todas as partes interessadas está diretamente incutido na nossa cultura enquanto empresa e suporta o nosso modo de atuação, com elevada ênfase na transparência, ética e integridade.

A IMPAR continua empenhada no nosso programa de responsabilidade social, em vigor desde a criação da Companhia e mais uma vez suportaram várias ações de apoio a instituições de cariz, cultural, social e desportivo.

Como empregador criamos uma cultura de apoio e colaboração a todos os profissionais (com formação e experiência diversificadas), onde todos podem contribuir com as suas melhores ideias. Este ambiente ajuda-nos a atrair e reter talento, e proporcionando igualmente o desenvolvimento das capacidades dos nossos colaboradores.

Confirmando a adequação das políticas de recursos humanos definidas pela Companhia, após em 2016, ter integrado o BCN no Grupo, somos neste momento reconhecidos como uma das melhores Empresas para Trabalhar em Cabo Verde.

Como as nossas ações em 2018 demonstram, mantemo-nos dedicados em reforçar a solidez financeira e a forte determinação no nosso compromisso de criação de valor para os Acionistas.

Um dos grandes desafios para 2019 será a prossecução da necessária evolução do plano tecnológico e modelo operativo motivando a necessidade de reequacionar a estratégia de sistemas de informação. Esta situação surge na sequência da identificação da necessidade de desenvolvimento de capacidades e funcionalidades, adicionais à realidade actual, que se tornaram relevantes para continuar a garantir a eficácia e eficiência e time-to-market da sistemática comercial.



Desejamos agradecer a todos os que contribuíram para a obtenção dos resultados agora apresentados e estamos entusiasmados para reportar os nossos sucessos futuros.

01.02 Governação da Sociedade

Estrutura e modelo de governo

O sistema de governação da Companhia é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este sistema de governação, proporcional à natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma gestão sã e prudente da atividade, assegurando uma adequada gestão de capital e garantindo um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos stakeholders.

Na base deste sistema estão princípios como a transparência, a integridade, a responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado. Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou de qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

A Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco Administradores, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne bimensalmente e sempre que o interesse da Companhia o exija.



As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de joint venture, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Fiscal Único e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes.

Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Auditor Externo é designado pelo Conselho de Administração e validado em Assembleia Geral. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pelo Supervisor, emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, um relatório de certificação das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Os Directores Coordenadores apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre o Administrador Delegado e o processo de tomada de decisão nas duas Regiões do País (Barlavento e Sotavento).

Para além dos Coordenadores, existe o Comité de Apoio à Gestão, órgão consultivo ao qual compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações



ao Administrador Delegado. O Comité é constituído pelo Administrador Delegado da Companhia e todas as chefias intermédias. As suas principais responsabilidades são:

Questões Técnicas: Analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e pricing, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do Business Plan;

Questões de Risco: Avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;

Questões Comerciais: Analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no Business Plan da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o Business Plan para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

Questões de Auditoria e Financeiras: Analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

Questões de IT e Operações: Analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e dos Directores Coordenadores, a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e seis Direções e 3 Gabinetes, nomeadamente:



- Direção Técnica e Resseguro;
- Direção Financeira;
- Direção Comercial e do Pós-Venda;
- Direção de Informática;
- Direção de Regulação de Sinistros;
- Direção Jurídica;
- Gabinete de Controlo Actuarial e Controlo Interno;
- Gabinete dos Recursos Humanos;
- Gabinete Administrativo e Património;

O processo de decisão contempla o Comité de Apoio à Gestão acima referido, que reúne com uma periodicidade trimestral.

Assim, os Diretores de cada uma das seis Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

No cumprimento das Normas Regulamentares emitidas pela Autoridade de Supervisão, a Companhia procedeu ao registo, junto desta entidade, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa e a fiscalizam.

Assim, com referência à estrutura organizacional da Companhia, temos os seguintes elementos:

- Luis Vasconcelos Lopes – Administrador Delegado, pessoa que dirige efetivamente a empresa,



- João Rodrigues Dias - diretor de topo (Direção Coordenação Norte e Director Técnico e de Resseguro), responsável pela função-chave de gestão técnica e responsável interno pela função-chave de Resseguro;
- Ana Oliveira Lima - diretora de topo (Direção Coordenação Sul e Directora de Regulação de sinistros), responsável pela função-chave de gestão de sinistros;
- Itaulina Gomes Pio - diretora de topo (Direção Financeira), responsável pela função-chave de gestão financeira;
- Nuno Abel Higgs - diretor de topo (Direção de Informática), responsável pela função-chave de IT;
- Kamila Monteiro Jr - diretora de topo (Direção Comercial e do Pós-Venda), responsável pela função-chave Comercial e responsável interno pela função-chave do Pós-Venda;

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Augusto Vasconcelos Lopes
Presidente

Alfredo Barbosa Fernandes
Vice-presidente

Francisco Figueiredo Silva
Primeiro Secretário

José Paulino Modesto
Segundo Secretário



Conselho de Administração

José António de Arez Romão
Presidente

Luis Vasconcelos Lopes
Administrador Delegado

Joaquim Alberto Vieira Coimbra

Paulo de Oliveira Lima

Sandra Almiro Coimbra

Fiscal Único

António Pedro Silva

Carlos Fonseca Monteiro

Suplente

Auditores Externos

PWC – Price water house & Coopers representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia.

Código de conduta

A Companhia dispõe de um código de conduta no qual se encontram espelhados os valores os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores. O código baseia-se em valores de transparência, honestidade, respeito, responsabilidade e na procura pela excelência na relação com clientes parceiros fornecedores e restantes stakeholders.

Os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege, e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a atividade, encontram-se definidos no código de conduta.



Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios previstos nos normativos existentes, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Transparência, Simplicidade e clareza, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Não discriminação e igualdade de oportunidades;
- Mitigação e prevenção de riscos laborais;
- Políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos laborais.

O código de conduta da Companhia é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

- Sustentado numa eficaz gestão de risco e controlo rigoroso para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, salvaguardando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e dos seus colaboradores com os interesses dos seus clientes e investidores;
- Equiparação e competitividade com as práticas do mercado, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Em linha com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro a nível nacional, com o objetivo de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos;



- Apuramento de prémio de produtividade baseado na avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade e da indústria seguradora nacional;

01.03 Enquadramento da atividade

ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

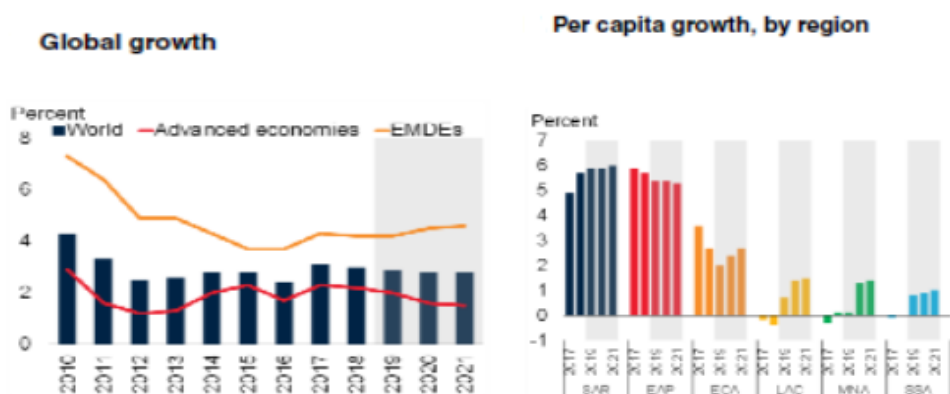
Conjuntura Internacional

Evolução da economia mundial

Apesar do optimismo inicial nas perspetivas de crescimento mundial, impulsionado pelo desempenho favorável da Indústria de transformação e do comércio internacional ao longo de 2017, a recuperação económica que se previa para 2018 perdeu o dinamismo devido sobretudo ao reforço de medidas de protecionismo adotado pelos Estados Unidos da América - maior economia mundial - que obrigou a reação de outros países, aumentando assim as incertezas em relação à política comercial e por conseguinte às decisões de investimento futuros.

As estimativas do Banco Mundial apontam para um moderado crescimento de 3% em 2018 contra os 3,1% do ano transato, reflexo da desaceleração da atividade industrial e do comércio, que impactaram negativamente o índice de confiança dos investidores e o preço das ações.

Nos países emergentes e em desenvolvimento (EMEDs) a recuperação económica perdeu força e tende a estagnar, devido ao abrandamento da procura externa, das condições de financiamento externas e ainda ao crescimento das incertezas políticas, o que levou os bancos centrais de alguns países a aumentarem as taxas de juros de forma a se defenderem de pressões cambiais. O PIB per capita continuou anémico em muitas das regiões das EMEDs principalmente nos países exportadores de *commodities*.



Fonte: World Bank Group Flagship Report, Global Economic Prospects, January 2019.

Para as economias avançadas é estimado um crescimento de 2.2% (2.3% em 2017), portanto um crescimento moderado com exceção dos Estados Unidos da América (EUA) que registou um crescimento superior ao do ano anterior.

Efetivamente, os **EUA** registaram um crescimento de 2.9% (2.2% em 2017) impulsionado pelo estímulo fiscal e por uma política monetária acomodatória, o que estimulou a procura interna, as exportações e o investimento, com a taxa de desemprego a registar a taxa mais baixa dos últimos 50 anos.

Na **China** a atividade económica permanece robusta não obstante o contexto de crescente tensão comercial. Estima-se um crescimento chinês de 6.5% (6.9% em 2017) suportado sobretudo pelo consumo interno, tendo a boa performance a nível do investimento privado compensado o declínio ocorrido a nível dos gastos e investimentos públicos. As importações continuaram a crescer a um ritmo superior às exportações com reflexo positivo a nível da balança comercial, num contexto de redução das reservas internacionais com a saída de capitais e de aumento do *spread* da dívida soberana.

Na **Zona Euro** a atividade económica foi mais fraca do que o esperado devido à desaceleração das exportações líquidas, reflexo da apreciação do EURO, da diminuição da procura interna e da contração do índice de produção industrial, principalmente no último trimestre do ano. As estimativas apontam para um crescimento na ordem dos 1.9% (2.4% em 2017), com a taxa de desemprego a continuar a registar uma redução para níveis anteriores à crise financeira global e a taxa de inflação a permanecer extremamente baixa. Durante o ano de 2018 o BCE manteve as taxas de juro negativas e a nível do sistema financeiro continuou-se a registar um acréscimo da atividade não obstante a exposição de alguns dos bancos europeus ao *stress* financeiro de alguns países emergentes.

A economia do **Reino Unido**, ainda afetado pelas incertezas à volta do Brexit com reflexo a nível da confiança dos agentes económicos, continua a apresentar um fraco

desempenho económico, não obstante a relativa dinâmica do consumo privado. O crescimento estimado é de 1.3% (1.7% em 2017), com a taxa de desemprego a fixar-se próximo dos 4.1% tendo a redução do desemprego colocado alguma pressão no sentido de aumento dos salários.

O **Japão** obteve um crescimento de 0.8% em 2018 (1.9% em 2017), refletindo contrações no primeiro e terceiro trimestre devido ao mau tempo e desastre natural. O mercado de emprego continua robusto com a taxa de desemprego a atingir os 2.4%. O Banco do Japão manteve inalterada a sua política relativamente às taxas de juro e continuou a recomprar a dívida pública de forma a estabilizar as *yields* das obrigações a longo prazo em torno de zero.

O Banco Mundial estima um crescimento das denominadas **Economias dos Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento (EMDE)** de 4.2% em 2018 (4.3% em 2017). Esse crescimento, abaixo das projeções, reflete, em parte, o efeito do stress financeiro nalgumas economias que apresentam elevados deficits orçamentais e uma grande exposição à volatilidade do mercado de capital e ao financiamento externo. A procura interna nesses países foi moderada e registou-se uma diminuição nos fluxos, com os países exportadores de *commodities* a perderem a força, reflexo da perda de confiança dos investidores principalmente nas economias mais expostas a vulnerabilidades externas e que apresentam condições domésticas frágeis, como a Angola, Nigéria, Argentina e Africa do Sul, tendo a situação agravada com a redução no preço do petróleo e de outras *commodities*.

Ainda dentro das EMDEs, o grupo de países, denominado, **LICs (Low Income Countries)**, não obstante o ambiente externo menos favorável, registou um crescimento de 5.6% (5,1% em 2017). Tal crescimento foi suportado, grandemente, pela produção agrícola, pelos serviços, pelo consumo e investimentos públicos. Não obstante, a redução da pobreza continua a ser fraca, com mais de 40% da população desses países a viverem na extrema pobreza.

Para a **economia portuguesa**, o Banco de Portugal estima um crescimento do PIB de 2.1% em 2018, refletindo uma redução a nível das exportações em termos líquidos de conteúdos importados. Não obstante essa redução, as exportações, principalmente o turismo, continuam a sustentar o crescimento da economia portuguesa que por arrastamento também afeta positivamente as demais componentes designadamente o investimento privado e o investimento publico, num cenário de manutenção do peso do consumo privado. A nível do emprego manteve-se a trajetória descendente da taxa de desemprego, mas mais moderada do



que nos anos recentes. Os preços no consumidor foram de 1,4% em 2018 reflexo de pressões inflacionistas internas com origem nos custos salariais.

A nível do **continente africano**, o Banco Africano de Desenvolvimento estima que em 2018 ocorreu um crescimento de 3.5%, igual ao do ano anterior. Em termos regionais, a Africa Oriental liderou o crescimento com uma taxa de 5.7%, seguida da zona do Magrebe com 4.9% e da Africa Ocidental com 3.3%.

As zonas de menor performance foram a Africa Central com 2.2% e a Africa Austral com 1.2%, não obstante terem vindo a recuperar gradualmente, ainda mantem um crescimento abaixo da média das restantes regiões do continente, pese embora a retoma dos preços de produtos de base e uma maior produção agrícola.

De referir, entretanto, que o crescimento ocorrido, é insuficiente para colmatar os desafios estruturais e o problema de défices orçamentais e a vulnerabilidade da dívida com que lidam a maioria dos países africanos, países que também são dominados pela informalidade, baixa produtividade e por uma incapacidade de criar empregos qualificados.

Comercio Mundial

O comércio mundial desacelerou o seu ritmo de crescimento em 2018 em consequência do aumento das tarifas sobre as importações dos EUA, em particular sobre os oriundos da China, e respetivas medidas de retaliação por parte dos países visados. Esse aumento de protecionismo aliado à saída do Reino Unido da União Europeia influenciou grandemente o índice de confiança dos investidores com o adiamento de investimentos e as consequências inerentes. O preço do petróleo apresentou alguma volatilidade durante o ano de 2018 com a tendência ascendente apresentada nos primeiros meses de 2018 a reduzir em finais do ano em resultado do crescimento económico registado pelos EUA e da revisão em baixa do crescimento da economia mundial. A nível dos demais *commodities* constata-se que os preços dos metais e das matérias primas agrícolas também registaram uma redução no último trimestre do ano pressionado pelo aumento da oferta.

Mercados Financeiros

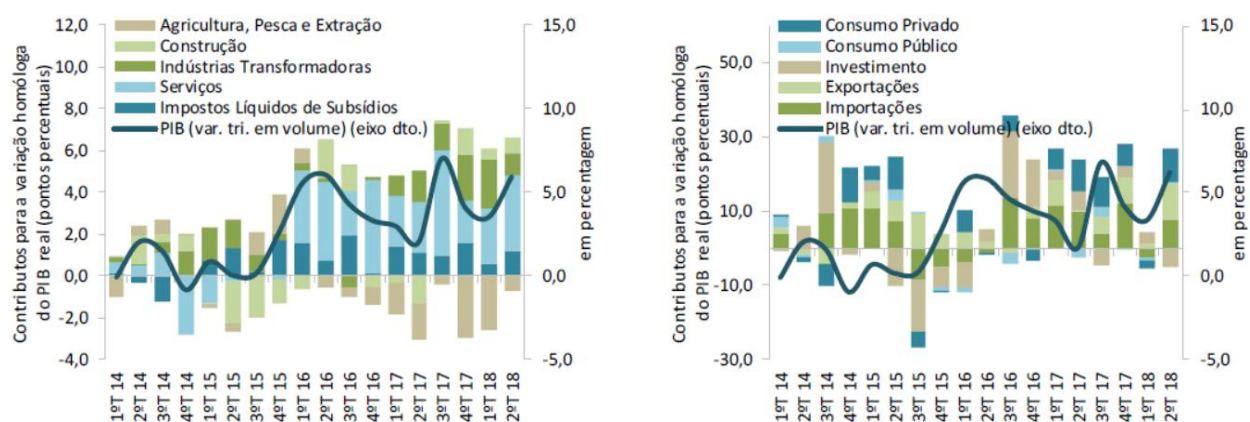
A nível global, as condições económicas e financeiras, foram bastante voláteis influenciado pelas já referidas tensões comerciais, pela revisão em baixa do crescimento global e pela normalização da política monetária dos EUA e ainda pelas incertezas sobre o acordo para a saída do Reino Unido da União Europeia, com consequências a nível da confiança dos agentes económicos e na cotação dos ativos financeiros. Na Zona Euro as condições económicas e financeiras continuaram conservadoras, tendo o BCE reiterado a sua intenção de terminar as compras líquidas do programa alargado de compra de ativos, no final de 2018, com efeito a nível do aumento das taxas de juros, EURIBOR, para todos os prazos.

No mercado obrigacionista registou-se um aumento das *yields* da dívida pública dos EUA e do Reino Unido, e na Zona Euro as taxas apresentaram alguma volatilidade essencialmente devido à incerteza política na Itália. A nível da evolução das taxas de câmbio, a tendência foi de valorização das moedas das economias mais avançadas, especialmente o USD, e de depreciação das moedas das economias emergentes, com exceção da moeda chinesa.

A nível da inflação constata-se uma redução da taxa de inflação, quer na Zona Euro, quer nos EUA muito por conta da contenção nos preços das matérias primas.

Conjuntura Nacional

Não obstante os efeitos negativos do mau ano agrícola decorrente da seca de 2017, bem como a redução do consumo privado e dos gastos públicos, o Banco de Cabo Verde anunciou um crescimento de 4.5% da economia cabo-verdiana contra os 4.0% de 2017, beneficiando do ambiente externo relativamente favorável e sustentado na dinâmica do crescimento dos impostos (líquidos de subsídios), da oferta de eletricidade e água, da indústria transformadora, do turismo e da imobiliária.



Fonte: Banco de Cabo Verde, Relatório da Política Monetária, outubro de 2018

A **inflação** média anual situou-se nos 1.3%, mais 0.5 p.p. do valor registado no período homólogo do ano anterior, refletindo o aumento da inflação importada, associado aos preços dos produtos alimentares e dos produtos energéticos, os quais influenciaram, por arrastamento, o aumento dos preços dos combustíveis, água, eletricidade e transporte coletivo urbano de passageiros.

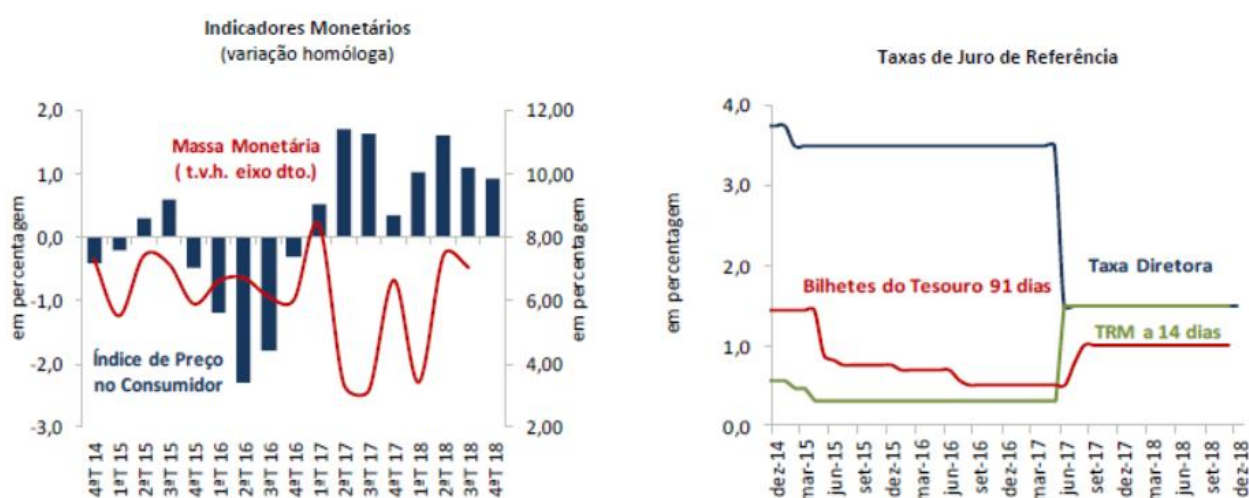
Os dados do desemprego avançados pelo Instituto Nacional de Estatística reportam uma descida da taxa de desemprego em Cabo Verde baixando de 12,2% para 11,3%.

O comportamento dos preços no consumidor refletiu, essencialmente, a inflação da componente energética e dos bens alimentares não transformados do Índice de Preços no Consumidor (IPC), efeito dos impactos do aumento dos preços do petróleo nos mercados internacionais e da redução da produção local de frescos, decorrente do mau ano agrícola.

A nível das **contas externas**, os dados do BCV apontam para aumento das exportações de bens e serviços, das remessas dos emigrantes, das exportações de viagens e redução das importações de serviços que se traduziram no desagravamento do défice da balança corrente. Não obstante a redução dos influxos do investimento direto estrangeiro e dos desembolsos líquidos da dívida pública, o stock das reservas internacionais líquidas do país aumentou, passando a garantir 5,8 meses das importações de bens e serviços projetadas para o ano.

No que concerne à situação **monetária e financeira**, constata-se um aumento do agregado M2 em cerca de 5.2%, um crescimento abaixo do esperado motivado pelo moderado crescimento do crédito interno e pela redução das disponibilidades sobre

o exterior. De referir que, como uma forma de estímulo ao aumento de crédito a economia, num contexto de excesso de liquidez dos bancos, e numa ótica de partilha do risco com o Estado, este criou um conjunto de mecanismos de facilitação do acesso ao crédito como sejam garantias, bonificação de juros, linha de crédito no quadro do Projeto com Banco Mundial. Não obstante, crescimento do crédito à economia foi de apenas 3.5%, inferior ao do ano anterior (5%).



Fonte: Banco de Cabo Verde, Relatório da Política Monetária, outubro de 2018

No que concerne às **Finanças Públicas**, os dados apontam para um agravamento da situação orçamental no terceiro trimestre de 2018 motivado sobretudo pelo aumento das despesas correntes (+11.4%), pelas transferências para a administração pública e pelo crescimento dos benefícios sociais. Do lado das Receitas Totais os dados apontam para um crescimento 3.1%, sendo de destacar o aumento das receitas Fiscais e a redução dos donativos. O Banco Central prevê ainda uma redução do peso da dívida no PIB e 124% para 121%.

Mercado de Seguros em Cabo Verde

Registou-se um crescimento de 5,8% Do mercado Segurador Cabo-verdiano, tendo a produção nacional totalizado os 2.578.749 contos, contra os 2.438.483 contos de 2017.



O setor manteve a capacidade de resposta profissional, diligente e célere com o objetivo de mitigar as consequências das perdas associadas aos sinistros na vida das famílias e das empresas.

O Ramo Vida cresceu 22% passando a valer praticamente 9% do total do Mercado, destacando-se o crescimento dos Planos Poupança Reforma (PPR).

Os ramos Não Vida tiveram um aumento de produção de 4,4% com crescimento em todos os seus ramos.

Os custos com sinistros do mercado alcançaram 778.161 contos, contra os 707.465 de 2017, cabendo à IMPAR o montante de 338.348 contos.

O ano de 2019 será um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador. Por um lado as necessárias alterações nos Seguros Obrigatórios de acidentes de trabalho e de Responsabilidade Civil Automóvel e por outro, temas emergentes, como a digitalização da sociedade e da economia e o que os riscos cibernéticos representam em termos de desafios num futuro próximo.

O setor continuará a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

01.04 Actividade Seguradora da IMPAR

O crescimento do Ramo Vida assumiu o protagonismo na evolução da Carteira de 2018, crescendo a um ritmo superior ao Não-Vida, recuperando assim o seu peso de 8% no valor total da carteira.

Os prémios totais traduzem o crescimento global de 6,5%, ultrapassando de novo a fasquia de um milhão de contos, ou seja, 1.079.689 contos contra os 1.013.387 contos de 2017.

Nos Ramos Não-Vida, o forte crescimento do Incêndio e da Responsabilidade Civil, bem como um interessante aumento do Automóvel, mitigaram o efeito da continuada redução da carteira de transportes, finalizando-se a anuidade com o total do Não-Vida de 997.540 contos contra os 945.952 contos verificados em 2017.



De registar a consistência dos resultados ao longo do tempo, em todas as vertentes analisadas, que é fruto de uma preocupação constante da IMPAR em prestar um serviço de maior qualidade aos seus clientes. O investimento humano em formação, em informação e em tecnologia tem sido muito significativo e tem sido decisivo para a obtenção destes resultados.

IV – Exploração Industrial

4.1 – Ramo Vida

Os resultados da certa aposta na bancassurance já se fazem sentir nos Seguro de Vida Risco Puro, os quais tiveram um crescimento de 33% muito em consequência do canal bancário.

O Vida-Financeiro acompanhou esta tendência de crescimento, fortemente influenciado pelas Contas Poupança Reforma (CPR), que tiveram um significativo aumento de 7%.

O Ramo Vida Puro diminui em 13,5 pontos percentuais a sinistralidade para um rácio de 10,4%, correspondendo a restante sinistralidade do Ramo aos resgates de algumas CPR's.

4.2 – Ramo Não Vida

Acidentes e Doença

A desaceleração da construção ao longo do ano levou a retração dos Seguros de Acidentes de Trabalho contribuindo assim para a ligeira redução de 1% do colectivo destes Ramos tendo os prémios atingido cerca de 183 mil contos contra os 185 mil contos da anuidade anterior.

A sinistralidade mantém-se dentro do mesmo padrão de excelência das anuidades anteriores, atingindo os 10.031 contos contra os 25.909 contos do período homólogo, mantendo-se numa baixa fasquia de 5% ratio de sinistralidade.



Incêndio e Outros Danos

Para além da continuação de importantes negócios de Incêndio associados aos grandes investimentos turísticos, a Bancassurance começa também a dar frutos resultando num novo significativo crescimento de 24%, passando a valer 231 mil contos, contra os 186 mil contos do exercício anterior.

Este aumento significativo da carteira em grandes negócios isentos de sinistros, associado à excelência na exploração técnica destes ramos resultou num excelente rácio de sinistralidade na ordem dos 3%, contra os 8% da anuidade anterior. Os custos com sinistros de quedaram-se por uns inexpressivos 7.305 contos.

Automóvel

Apesar da manutenção de uma selectiva política de subscrição de riscos, o ramo automóvel cresceu uns interessantes 6,6% totalizando os 369.390 contos contra os 346.527 contos do ano passado.

Manteve-se a tendência de aumento do rácio de sinistralidade que passou de 64% para os 66%, sinal claro que as programadas alterações previstas para o SORCA em 2019 terão necessariamente ser acompanhados de um aumento tarifário. Os custos com sinistros passaram a valer 244 mil contos contra os 223 mil contos de 2017.

Transportes

O declínio da frota marítima nacional associada à forte agressividade tarifária da concorrência nos transportes de *commodities* ditou a forte redução de 21% dos prémios nestes Ramos, os quais atingiram o montante de 132.751 contos contra os 167.488 contos de 2017.

Após os anormais Custos com sinistros de 95.445 contos em 2017, o rácio de sinistralidade nestes Ramos atingiu os 40% num total de 53.324 contos.

Responsabilidade Civil

A entrada de Apólices de importantes unidades hoteleiras e algum reforço da RC Aviação contribuíram para o pujante crescimento de 85%, passando a valer 74.579 contos em contraposição com os 40.305 contos do exercício anterior.



Apesar dos custos com sinistros terem crescido + de 70% subindo de 6.790 contos para os 11.697, o rácio de sinistralidade baixou de 17% para 16% em consequência do forte crescimento da carteira acima referido.

Diversos

A paulatina transferência do negócio de cauções para a atividade bancária trouxe uma forte redução produção deste Ramo, a qual passou 20.579 contos para 7.259 contos.

Não houve sinistralidade a registar nestes ramos fruta da nossa rigorosa subscrição.

Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

Deu-se início ao desenvolvimento de um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz, o qual será determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros.

A gestão deste sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa que se começou a instituir no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;



- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

No decurso do ano de 2018 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II previsto ser implementado em breve em Cabo Verde irá incutir na atividade.

Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco (reservas, prevenção de branqueamento de capitais, tratamento e competência e idoneidade);
- Implementação da função de controle Actuarial;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Divulgação pública do Relatório e Contas e respetivos relatórios do Fiscal Único, Auditor Externo e do Atuário Responsável no website da Companhia;

A envolvimento e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

Gestão de Ativos

Apesar da forte aposta na Bancassurance e na formação de um forte Grupo Financeiro de matriz nacional, os restantes investimentos da Companhia são geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Para além das participações financeiras, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de 'Ativos financeiros disponíveis para venda'.

Custos e Gastos por Natureza a Imputar

Em 2018 os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 219.104 contos contra os 214.046 contos de 2017, assumindo-se os custos com pessoal a rubrica mais relevante tendo contribuído para tal a contabilização já este ano do Prémio de Produtividade.

Ainda assim foi possível diminuir o Expense Ratio de 21,1% para 20,3%.

Rubrica	2017	2018	18-17	18/17	s/pre17	s/pre18
Pessoal	132 326	138 731	6 405	4,8%	13,1%	12,8%
F.S.E.	48 680	45 809	-2 872	-5,9%	4,8%	4,2%
Impostos	13 485	14 671	1 185	8,8%	1,3%	1,4%
Amortizações	19 554	19 894	339	1,7%	1,9%	1,8%
Total	214 046	219 104	5 057	2,4%	21,1%	20,3%

Recursos Humanos e Formação

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia conta com 72 Colaboradores (excluindo Órgãos Sociais).

Os Colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 40 anos, sendo dois terços mulheres e 33% homens. A estratégia de negócio definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

Dando seguimento às políticas definidas no início da atividade, a Companhia privilegiou o desenvolvimento dos seus Recursos Humanos e geriu a sua política de admissão de novos Colaboradores em função das necessidades de otimização do nível de serviço prestado aos clientes e rede de distribuição.

O investimento no desenvolvimento dos Colaboradores materializou-se, em 2018, em cerca de 1150 horas de formação, abrangendo a totalidade dos Colaboradores, diversos domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas. O número médio de horas de formação por Colaborador foi de 15 horas.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os Colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e de desenvolvimento dos Colaboradores.

2018

EFFECTIVO	Nº
Nº de Colaboradores	72
Níveis de Qualificação	
Dirigentes	7
Quadros Superiores	22
Médios Quadros Intermédios	46
Outras Qualificações	4
SEXO	
Homens	24
Mulheres	48
Idade Média	39,6
Antiguidade Média	8,9
Remunerações	
Custo com Pessoal	138 696 115,00
Custo Médio/Colaborador	1 926 334,93
Movimento de Pessoal	
Permanentes	54
Não Permanentes	18
FORMAÇÃO	
Numero de participantes	44
Formação Interna	29
Formação Externa	15
Número de horas em acções de Formação	1 150
Custo Total	1 179 298,00



Capital Próprio e Margem de Solvência

Apesar das alterações significativas nas demonstrações financeiras em consequência da plena adoção das normas das IFRS e das IAS, com especial enfoque na reservas de reavaliação, o Capital próprio da Companhia cresceu 13,5% passando a valer 1.821.162 contos.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco, podendo afirmar que os capitais próprios actuais que são mais do triplo do valor legal estão preparados para superar com distinção a possível implementação da Solvência II em cabo Verde.

01.05 Perspetivas para 2019

No ano de 2018 a Companhia cumpriu o seu segundo exercício de atividade em formato de Grupo operacional, implementando-se no mercado Financeiro nacional como uma marca forte. O foco nos clientes, a oferta de produtos inovadora e adaptada às suas necessidades de proteção e a reconhecida qualidade de serviço, são fatores que estão na origem do crescimento reconhecido pelo mercado.

A IMPAR irá continuar a desenvolver e melhorar procedimentos e processos ao nível de metodologias de cálculo, de reporte e de requisitos de governação, integrando estas alterações no processo de decisão e de definição de estratégias.

Perspetiva-se para breve a entrada em vigor de novas regras em torno da Solvência II as quais irão alterar a forma como a gestão dos riscos e do capital é prosseguida.

Um dos aspectos positivos que se esperam é que os formatos de divulgação de informação à Autoridade de Supervisão irão melhorar, promovendo a transparência relativamente às boas práticas, fomentando assim a disciplina de mercado.

Os objetivos para 2019 focam-se em dar continuidade à estratégia definida, continuando a apostar nas sinergias que advêm do modelo de distribuição e na “multicanalidade” para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda.



01.06 Proposta de aplicação de resultados

O Resultado líquido da IMPAR atingiu em 2018 os 350.583 Contos, dos quais apenas 195.500 Contos são distribuíveis, conforme o mencionado na Mensagem do Conselho de Administração e o detalhado e explicado no Anexo às Contas.

Assim, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de Resultados:

Dividendos: 100.000.0000\$00

Reservas livres: 250.583.028\$00

01.07 Nota Final

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia.

Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.



Cidade do Mindelo, 1 de março de 2019

O Conselho de Administração

A black ink signature of José António Arez Romão, written over a horizontal line.

José António Arez Romão
Presidente

A blue ink signature of Luís Vasconcelos Lopes, written over a horizontal line.

Luís Vasconcelos Lopes
Administrador Delegado

A blue ink signature of Joaquim Alberto Vieira Coimbra, written over a horizontal line.

Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administrador

A blue ink signature of Paulo Jorge de Oliveira Lima, written over a horizontal line.

Paulo Jorge de Oliveira Lima
Administrador

A blue ink signature of Sandra Almiro Coimbra, written over a horizontal line.

Sandra Almiro Coimbra
Administradora



02 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unid: CVE

ACTIVO	Notas	31/12/2018			31-12-2017 Reexpresso	01-01-2017 Reexpresso
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	56 007 609		56 007 609	529 585 914	58 693 415
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	17	1 939 952 322		1 939 952 322	1 718 161 629	4 000 000
Activos financeiros detidos para negociação						
Derivados de cobertura						
Activos disponíveis para venda	18	62 178 643		62 178 643	53 329 494	542 503 614
Empréstimos e contas a receber	19				50 000 000	280 000 000
Outros depósitos					50 000 000	280 000 000
Contas a receber						
Outros						
Investimentos a deter até à maturidade	20	222 514 839		222 514 839	155 029 667	94 610 000
Terrenos e edifícios	21	624 981 089	-62 776 446	562 204 643	582 085 808	579 079 763
Terrenos e edifícios de serviço próprio		284 095 270	-62 776 446	221 318 824	215 327 159	221 500 944
Terrenos e edifícios de rendimento		340 885 819		340 885 819	366 758 649	357 578 819
Outros activos tangíveis	22	193 949 967	-169 899 472	24 050 495	42 441 981	48 412 031
Inventários	22	2 623 354		2 623 354	391 354	391 354
Outros activos intangíveis	23	18 689 867	-16 988 170	1 701 697		
Provisões técnicas de resseguro cedido	24	393 229 867		393 229 867	273 070 234	396 011 485
Provisões para prémios não adquiridos		136 266 317		136 266 317	86 153 169	81 983 314
Provisão matemática				0	7 945 215	5 896 214
Provisão para sinistros		256 963 550		256 963 550	178 971 850	308 131 957
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	356 286 615	-106 544 542	249 742 073	85 925 300	277 358 904
Contas a receber por operações de seguro directo		231 645 816	-106 544 542	125 101 274	73 099 038	35 030 921
Contas a receber por outras operações de resseguro		13 811 178		13 811 178	6 906 746	17 573 554
Contas a receber por outras operações		110 829 621		110 829 621	5 919 516	224 754 429
Activos por impostos	26				27 058 302	0
Activos por impostos correntes					27 058 302	0
Activos por impostos diferidos						0
Acréscimos e diferimentos	27	4 979 589		4 979 589	2 581 850	11 816 736
Outros elementos do activo		9 808 750		9 808 750		
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas						
TOTAL ACTIVO		3 885 202 511	-356 208 630	3 528 993 881	3 519 661 534	2 292 877 302

A Direcção Financeira

Itaulina Gomes Pio

O Conselho de Administração

Dr. José Arez Romão

Dr. Luís Vasconcelos Lopes

Sr. Joaquim Alberto Vieira Coimbra

Engº Paulo Jorge Oliveira Lima

Engª Sandra Patricia Almiro Coimbra

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unid: CVE

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31/12/2018			31-12-2017 Reexpresso	01-01-2017 Reexpresso
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido		
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital	30	400 000 000		400 000 000	400 000 000	400 000 000
Reservas de reavaliação	31	15 000		15 000	-8 834 148	165 233 904
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		15 000		15 000	-8 834 148	165 233 904
Outras reservas	31	532 135 443		532 135 443	384 183 268	344 161 301
Resultados transitados	31	538 429 233		538 429 233	82 786 769	82 486 769
Resultado do exercício	32	350 583 028		350 583 028	645 439 958	140 321 967
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1 821 162 705		1 821 162 705	1 503 575 847	1 132 203 941
Interesses minoritários						
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS		1 821 162 705		1 821 162 705	1 503 575 847	1 132 203 941
PASSIVO						
Provisões técnicas	24	1 272 374 884		1 272 374 884	1 061 957 299	960 046 073
Provisão para prémios não adquiridos		290 550 572		290 550 572	198 236 789	180 613 599
Provisão para seguros e operações do ramo vida		99 076 548		99 076 548	83 076 464	83 525 404
Provisão para sinistros		881 972 657		881 972 657	757 565 595	694 983 013
De vida		5 297 365		5 297 365	5 204 313	2 660 513
De acidentes de trabalho		85 033 983		85 033 983	66 360 423	73 024 898
De automóvel		482 769 529		482 769 529	395 422 860	328 695 739
De outros ramos		308 871 780		308 871 780	290 577 999	290 601 863
Provisões para participação nos resultados		775 107		775 107	661 879	924 057
Provisão para estabilização de carteira						
Provisão para riscos em curso				0	22 416 572	
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28	207 506 683		207 506 683	658 317 277	111 326 749
Contas a pagar por operações de seguro directo		13 788 172		13 788 172	11 538 816	9 481 245
Contas a pagar por outras operações de resseguro		50 094 865		50 094 865	86 459 337	59 397 539
Contas a pagar de Empréstimos bancários						
Contas a pagar por outras operações		143 623 646		143 623 646	560 319 124	42 447 965
Passivos por impostos	26	42 047 188		42 047 188	116 149 649	64 003 626
Passivos por impostos correntes		25 043 329		25 043 329	97 259 239	45 113 215
Passivos por impostos diferidos		17 003 859		17 003 859	18 890 411	18 890 411
Acréscimos e diferimentos	27	12 995 156		12 995 156	6 754 197	8 596 953
Outras provisões	29	172 907 266		172 907 266	172 907 265	16 699 960
TOTAL PASSIVO		1 707 831 176		1 707 831 176	2 016 085 687	1 160 673 360
TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO		3 528 993 881		3 528 993 881	3 519 661 534	2 292 877 302

A Direcção Financeira

Itaulina Gomes Pilo

O Conselho de Administração

 Dr. José Arez Romão
 Dr. Luís Vasconcelos Lopes
 Sr. Joaquim Alberto Vieira Coimbra
 Engº Paulo Jorge Oliveira Lima
 Engª Sandra Patrícia Almiro Coimbra



CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unid: CVE

CONTAS DE GANHOS E PERDAS	Notas	Exercício 2018				31-12-2017
		Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	Total	Reexpresso
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	5	42 780 746	576 691 345		619 472 091	582 736 844
Prêmios brutos emitidos		82 149 191	997 540 191		1 079 689 382	1 013 387 642
Prêmios de resseguro cedido		-39 368 445	-370 775 525		-410 143 970	-417 197 463
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)			-84 059 532		-84 059 532	-17 623 190
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)			33 986 211		33 986 211	4 169 855
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	-8 832 234	-235 257 853		-244 090 087	-415 560 977
Montantes pagos		-8 746 339	-189 571 267		-198 317 606	-223 920 138
Montantes brutos		-13 512 962	-232 860 754		-246 373 716	-360 572 753
Parte dos resseguradores		4 766 623	43 289 487		48 056 110	136 652 615
Provisão para sinistros (variação)		-85 895	-45 686 586		-45 772 481	-191 640 839
Montante bruto		-93 052	-123 671 129		-123 764 181	-62 480 732
Parte dos resseguradores		7 157	77 984 543		77 991 700	-129 160 107
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	-9 232 167	22 416 572		13 184 405	-22 416 572
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	8	-23 973 518			-23 973 518	-786 725
Montante bruto		-16 028 303			-16 028 303	-2 835 726
Parte dos resseguradores		-7 945 215			-7 945 215	2 049 001
Participação nos resultados, líquida de resseguro	9	-3 748 553			-3 748 553	-397 629
Custos e gastos de exploração líquidas	10	-10 714 172	-182 869 541		-193 583 713	-204 407 720
Custos de aquisição		-7 041 317	-101 028 988		-108 070 305	-104 319 317
Custos de aquisição diferidos (variação)		3 515 245	13 589 608		17 104 853	
Gastos administrativos		-7 188 100	-95 430 161		-102 618 261	-100 088 403
Comissões e participação nos resultados de resseguro	10	15 855 271	60 567 943		76 423 214	69 884 842
Rendimentos	12	6 082 721	17 926 013		24 308 734	33 130 351
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		6 082 721	12 191 439	300 000	18 574 160	29 654 648
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros			5 734 574		5 734 574	3 475 703
Gastos financeiros	13		-10 731 992		-10 731 992	-9 246 252
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros			-10 731 992		-10 731 992	-9 246 252
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
De activos disponíveis para venda						
De empréstimos e contas a receber						
De investimentos a deter até à maturidade						
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado						
De outros						
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação						
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas						
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	21			5 000 000	5 000 000	
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro		6 976			6 976	
Outras provisões (variação)	14			-16 310 843	-16 310 843	-201 164 792
Outros rendimentos / gastos	15			665 211	665 211	265 806 014
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	17		54 220 867		54 220 867	612 577 669
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	17		100 861 788		100 861 788	
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda						
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		8 225 070	403 825 141	-10 345 632	401 704 579	710 155 054
Imposto sobre o rendimento do exercício	26				51 121 551	64 715 096
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8 225 070	403 825 141	-10 345 632	360 583 028	645 439 958

A Direcção Financeira

Itaulina Gomes Pires

O Conselho de Administração

Dr. José Azeiteiro Romão
Dr. Luís Vasconcelos Lopes
Sr. Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Eng.º Paulo Jorge Oliveira Lima
Eng.ª Sandra Patrícia Almiro Coimbra

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unid. CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Variações no capital	Resultados Translados	Resultado líquido do Exercício	Total		
Balanço a 31 de Dezembro de 2016		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	256 648 301	27 597 138	165 233 904	0	0	140 321 967	1 077 314 310	0	1 077 314 310
Correcções de erros (IAS 8)	39							-27 597 138			82 486 769		54 889 631	0	54 889 631
Alterações de Políticas contabilísticas (IAS 8)															
Transacção de acções próprias															
Ganhos/Perdas líquidas por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio															
Balanço de abertura alterado em 01 de Janeiro de 2017 - Reexpresso		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	256 648 301	0	165 233 904	0	82 486 769	140 321 967	1 132 203 941	0	1 132 203 941
Aumentos/Reduções de capital															
Transacção de acções próprias															
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos															
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	15								-174 068 053				-174 068 053		-174 068 053
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio															
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de activos intangíveis															
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de outros activos tangíveis															
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31						40 321 967					-40 321 967	0		0
Distribuição de reservas															
Distribuição de Lucros	33											-100 000 000	-100 000 000		-100 000 000
Alterações de estimativas contabilísticas															
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio															
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-300 000				300 000		0		0
Total das variações do capital próprio		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	296 670 268	0	-8 834 149	0	82 786 769	0	858 135 888	0	858 135 888
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2017	32											645 439 958	645 439 958		645 439 958
Distribuição antecipada de lucros															
Balanço a 31 de Dezembro de 2017 - Reexpresso		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	296 670 268	0	-8 834 149	0	82 786 769	645 439 958	1 503 575 847	0	1 503 575 847

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unid: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações e Suplementares e outros	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorizações	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Variações no capital	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total		
Balanço a 31 de Dezembro de 2017 - Originalmente apresentado		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	296 670 268	0	631 340 658	0	0	189 069 595	1 604 593 522	0	1 604 593 522
Correcções de erros (IAS8)	39								-640 174 806		82 786 769	456 370 363	-101 017 673		-101 017 673
Alterações de Políticas contabilísticas (IAS 8)															
Transacção de acções próprias															
Ganhos/Perdas líquidas por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio															
Balanço de abertura alterado em 01 de Janeiro de 2018 - Reexpresso		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	296 670 268	0	-8 834 148	0	82 786 769	645 439 958	1 503 575 847	0	1 503 575 847
Aumentos/Reduções de capital															
Transacção de acções próprias															
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos															
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda									8 819 148				8 819 148		8 819 148
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio															
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de activos intangíveis															0
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de outros activos tangíveis															0
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31						89 797 494				455 642 464	-545 439 958	0		0
Distribuição de reservas															
Distribuição de Lucros	33											-100 000 000	-100 000 000		-100 000 000
Alterações de estimativas contabilísticas															
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17						58 184 681						58 184 681		58 184 681
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas															
Total das variações do capital próprio		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	444 652 444	0	-15 000	0	538 429 233	0	1 470 579 677	0	1 470 579 677
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2018	32											350 583 028	350 583 028		350 583 028
Distribuição antecipada de lucros															
Balanço a 31 de Dezembro de 2018		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	444 652 444	0	-15 000	0	538 429 233	350 583 028	1 821 162 705	0	1 821 162 705

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unid: CVE

Rubricas	2018	2017 Reexpresso
Resultado Líquido do Exercício	350 583 028	645 439 958
Provisões Técnicas Seguro Directo	210 417 585	101 911 226
Provisões Técnicas Resseguro Cedido	-120 159 633	122 941 251
Provisões Recibos por Cobrar	16 310 843	47 724 688
Outras Provisões Não Técnicas		156 207 306
Amortizações	19 302 046	19 554 239
Alienação imoveis	-5 000 000	
MEP e Goodwill negativo	155 082 655	-174 062 053
Resultado ajustado	626 536 525	919 716 615
Actividades Operacionais		
Prémios em Cobrança	-68 630 073	-94 890 697
Operações Seguro Directo	954 079	1 486 624
Operações Co-seguro	595 431	
Operações Resseguro	-43 268 904	37 728 606
Estado e outros entes públicos	-47 044 160	28 477 752
Outros	-107 064 701	25 885 138
Acréscimos e Diferimentos	3 843 220	7 392 130
Fluxos das actividades operacionais (1)	-260 615 108	6 079 553
Actividades de Investimento		
Imóveis	15 000 000	-12 252 297
Títulos Rendimento Variável	-685 569 816	-508 756 163
Títulos Rendimento Fixo	-50 000 000	0
Outros Investimentos	-26 198 815	169 580 333
Imobilizações corpóreas	-2 881 942	-3 475 542
Imobilizações incorpóreas	-2 552 524	
Em curso	12 703 374	0
Fluxos das actividades de investimento (2)	-739 499 722	-354 903 669
Actividades de Financiamento		
Realização de Capital Social		
Empréstimos obtidos		
Pagamento dividendos	-100 000 000	-100 000 000
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-100 000 000	-100 000 000
Variação de caixa e seus equivalentes	-473 578 305	470 892 499

Caixa e seus equivalentes no início do período	529 585 914	58 693 415
Caixa e seus equivalentes no final do período	56 007 609	529 585 914
	-473 578 305	470 892 499



03 - ANEXO ÀS CONTAS



Notas às Demonstrações Financeiras

1 – Informações Gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l. (“IMPAR ou Companhia”), com Sede Social na Praça Amílcar Cabral, Cidade do Mindelo e Sede Administrativa na Rua Amílcar Cabral, Cidade da Praia, foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido publicados através do Boletim Oficial nº 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma Sociedade Anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão corrente no seu Administrador Delegado.

O capital da IMPAR pertence integralmente a empresas nacionais e investidores Cabo-verdianos, sendo detida em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% da Aliança e os restantes 14,66% por diversos Accionistas nacionais.

Um dos traços marcantes da IMPAR é o da estabilidade da sua estrutura accionista e o alinhamento estratégico das opções da IMPAR com a visão dos accionistas, contribuindo assim para que a gestão consiga delinear os principais objectivos estratégicos e as actividades da Companhia numa perspectiva de longo prazo.

A IMPAR é uma Companhia de Seguros de capital integralmente Caboverdiano e desenvolve a sua actividade de seguro exclusivamente em Cabo Verde, operando nos ramos Vida e Não Vida, utilizando canais de distribuição que garantem uma ampla cobertura do território nacional, assente na venda directa nos escritórios próprios, bem como utilizando o Canal bancário, Correctores, Agentes e Mediadores de Seguros. Nesta anuidade deu-se início a efectivação da estratégia de Bancassurance com a junção dos serviços da banca e seguros nas Agências do BCN em vários concelhos do País, permitindo assegurar níveis de eficiência operacional, bem como uma estabilização e redução de custos.

Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, a Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados de Quota Parte para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotadas, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.



A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reaseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 37,5% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, Francesa SCOR e a Portuguesa Tranquilidade.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

No segundo ano de aliança estratégica entre a IMPAR e o BCN, a posição da Companhia no mercado Vida sai reforçada, continuando robusta no Não-Vida, sendo notória a percepção para o mercado da aliança estratégica entre estas duas Instituições Financeiras de matriz nacional, alicerçadas na solidez financeira, na agilidade da resposta às demandas e capacidade para perseguir oportunidades que reforcem o posicionamento competitivo.

Conforme se encontra evidenciado neste relatório, no ano de 2018 o ramo Vida representou 8% dos prémios brutos emitidos, sendo que destes, 38,65% correspondeu a produtos financeiros, nomeadamente seguros de Poupança Reforma com taxa técnica garantida e participação nos resultados. Os ramos Não Vida representaram 92% da carteira dos prémios brutos emitidos, onde destacam-se os ramos Automóvel, representando 34,2% das vendas Não Vida, Incêndio e Outros Danos em Coisas 21,4% e Acidentes e Doença 16,9%.

O resultado líquido do exercício de 2018 fixou-se nos 350.583 contos, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e goodwill negativo apurado em ações de subsidiárias adquiridas no exercício, nos montantes de 100.862 contos e 54.221 contos, respetivamente. Expurgados os referidos efeitos não técnicos, os resultados distribuíveis atingem os 195.500 contra os 189.069 contos gerados no exercício anterior, reveladores da boa performance do negócio segurador, sustentado pela atividade comercial, subscrição de qualidade, bons níveis de sinistralidade e otimização de relações com parceiros.

O Conselho de Administração procedeu no exercício de 2018 à revisão das demonstrações financeiras dos exercícios de 2017 e 2016, com o objetivo de assegurar a necessária comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. Os impactos resultantes da reexpressão das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são apresentados na nota 39.



As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01 de Março de 2019 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da IMPAR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, estabelecido pelo Banco de Cabo Verde - Autoridade de Supervisão de Seguros, nos termos do Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

O actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS). Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2018, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. As demonstrações financeiras estão expressas em escudos de Cabo Verde, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Na preparação das demonstrações financeiras foram igualmente utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação e da continuidade, tendo por base os registos contabilísticos.



A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

As divulgações apresentadas seguem a sequência das demonstrações financeiras, tendo sido assegurados os requisitos de divulgação de informação exigidos no Aviso 1/2012 do Banco de Cabo Verde.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas. A Companhia não prepara demonstrações financeiras consolidadas por considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal.

Adicionalmente, caso fossem preparadas demonstrações financeiras consolidadas iriam determinar um resultado líquido e capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que a mensuração dos investimentos em entidades filiais significativas é efectuada pelo método da equivalência patrimonial, o que implica uma apropriação da respetiva quota parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades controladas.

Principais Políticas Contabilísticas e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Nos investimentos em subsidiárias significativas a Companhia mensura as participações detidas pelo método equivalência patrimonial (MEP) subsequentemente ao lançamento inicial, o qual é registado ao custo da participação. Os impactos da aplicação do MEP são registados na conta de ganhos e perdas, pela apropriação da percentagem detida no resultado das subsidiárias. As



alterações do MEP provenientes de alterações de reservas das subsidiárias são registadas em Outras reservas da Companhia.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Nos investimentos em Associadas mensuradas pela equivalência patrimonial, o lançamento inicial é feito ao custo da participação, sendo depois considerado o MEP.

Activos financeiros

Classificação:

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção, ou seja, no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, que inclui:
 - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
 - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
 - Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

- Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo



valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao respectivo custo histórico sujeito a depreciação e testes de imparidade. Os custos subsequentes com

os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais de amortização que reflectem, de forma razoável, a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	3 a 12
Equipamento Informático	3 a 5
Material de Transporte	7 a 8
Outros activos tangíveis	1 a 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Terrenos e edifícios de uso próprio

A Companhia classifica como imóveis de uso próprio, os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, aplicando-se os critérios de mensuração que constam da IAS 16.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e



subsequentemente o modelo de valorização é o modelo alternativo do custo, deduzido de depreciações e sujeito a testes de imparidade, previsto nas IAS 16.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, tendo em conta o número de anos de vida útil de cada imóvel. A vida útil dos imóveis foi estimada, imóvel a imóvel. As vidas úteis destes imóveis variam até 25 anos, conforme o imóvel em causa.

Dispêndios subsequentes relacionados, são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas (software) são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais, suportadas pela Companhia, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.



Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros. Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

Benefícios aos empregados

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a um mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

A política de remuneração dos Colaboradores definida pelo Conselho de Administração poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no



modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia. Os gastos resultantes de bônus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de saúde. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas desde a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respectivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.



Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2013 a 2017 podem vir a ser corrigidos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.



Dividendos recebidos

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam,



independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data, ou seja corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática nos ramos Automóvel e de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2018 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de



2018 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença (pensões presumíveis).

Provisão matemática

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2018 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da legislação em vigor, aplica-se a tábua de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para o resseguro cedido

A provisão para o resseguro cedido é determinado aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo a seguinte decomposição:

3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia determina se existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa



de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iiii) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Provisões para impostos

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em



resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4 – Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A companhia considera como segmento principal o segmento operacional.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.



A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

- Vida

- Não Vida:

- Acidentes e Doença
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Outros

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as actividades operacionais desenvolvidas pela Companhia apresentam o seguinte detalhe nas principais rubricas de balanço e da demonstração de resultados:



2018	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros danos	Automóvel	Outros	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas							
Prémios brutos emitidos	82 149 191	997 540 141	182 766 462	230 795 733	369 389 551	214 588 395	1 079 689 332
Prémios de resseguro cedido	39 368 445	370 775 525	51 630 882	155 914 545	15 040 878	148 189 220	410 143 970
Prémios brutos adquiridos	60 305 332	927 070 217	180 939 604	213 855 208	340 118 012	192 157 393	987 375 549
Resultados dos Investimentos	6 082 721	17 926 013	3 017 250	3 736 750	6 604 874	4 567 139	24 008 734
Comissões de Resseguro Cedido	15 855 271	60 567 943	9 962 428	29 055 847	0	21 549 668	76 423 214
Custos com sinistros brutos	13 470 914	340 373 384	11 849 278	8 840 225	249 301 051	70 382 830	353 844 298
Custos com sinistros Resseguro Cedido	4 773 780	121 274 030	10 506 566	3 847 413	65 866 045	41 054 006	126 047 810
Custos de exploração brutos	10 714 172	182 869 541	34 361 116	43 736 250	67 691 850	37 080 325	193 583 713
Resultado técnico	45 307 432	303 289 676	108 411 430	58 944 723	109 826 691	26 106 833	348 597 108
Rubricas de Balanço							
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	163 368 312	2 467 546 639	75 000 000	169 799 544	1 089 112 905	1 133 634 190	2 630 914 951
Provisões técnicas	126 992 879	1 145 382 005	115 451 664	97 834 789	620 150 153	311 945 399	1 272 374 884

2017	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros danos	Automóvel	Outros	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas							
Prémios brutos emitidos	67 435 394	945 952 248	184 952 444	186 112 944	346 527 451	228 359 409	1 013 387 642
Prémios de resseguro cedido	31 489 588	385 707 875	59 144 057	124 676 413	36 542 932	165 344 473	417 197 463
Prémios brutos adquiridos	67 435 394	928 329 058	177 734 748	189 625 663	340 846 445	220 122 202	995 764 452
Resultados dos Investimentos	13 333 946	19 796 405	3 000 000	2 437 791	11 367 460	2 991 154	33 130 351
Comissões de Resseguro Cedido	10 078 775	59 806 067	11 464 692	23 638 711	220 062	24 482 602	69 884 842
Custos com sinistros brutos	42 206 903	380 846 582	27 396 424	16 174 873	228 526 231	108 749 054	423 053 485
Custos com sinistros Resseguro Cedido	8 100 001	-607 493	20 293 796	5 968 634	31 735 952	-58 605 875	7 492 508
Custos de exploração brutos	13 596 463	190 811 257	37 307 389	37 541 477	69 899 235	46 063 156	204 407 720
Resultado técnico	11 655 162	67 581 513	95 863 062	39 765 317	54 882 527	-122 929 393	79 236 675
Rubricas de Balanço							
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	227 169 497	2 155 620 439	130 000 000	129 205 800	1 033 796 819	862 617 820	2 382 789 936
Provisões técnicas	88 942 656	973 014 643	98 211 625	87 464 210	522 583 519	264 755 289	1 061 957 299

5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

O detalhe dos prémios adquiridos líquidos de resseguro é como segue:

Ramo / Grupo Ramos	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
	2018	%	2017	%	2018	2017	2018	%	2017	%
Vida	42 780 746	6%	35 945 806	6%	0	0	42 780 746	7%	35 945 806	6%
Total I	42 780 746	6%	35 945 806	6%	0	0,00	42 780 746	7%	35 945 806	6%
Acidentes de trabalho	91 722 883	14%	103 021 298	17%	-3 164 653	3 514 302	94 887 536	15%	99 506 996	17%
Acidentes pessoais e doença	39 412 697	6%	22 787 089	4%	6 347 175	718 651	33 065 522	5%	22 068 438	4%
Incêndio e outros danos	74 881 188	11%	61 436 531	10%	14 384 241	-1 598 332	60 496 947	10%	63 034 863	11%
Automóvel	354 348 673	53%	309 984 519	52%	33 064 411	5 681 006	321 284 262	52%	304 303 513	52%
Marítimo, aéreo e transportes	30 383 653	5%	40 405 323	7%	1 908 058	-1 591 291	28 475 595	5%	41 996 614	7%
Responsabilidade civil geral	28 525 554	4%	5 613 270	1%	3 725 651	-482 816	24 799 903	4%	6 096 086	1%
Crédito e caução	7 489 968	1%	16 996 343	3%	-6 191 562	7 211 815	13 681 530	2%	9 784 528	2%
Total II	626 764 616	94%	560 244 373	94%	50 073 321	13 453 335	576 691 295	93%	546 791 038	94%
Total I + II	669 545 362	1	596 190 179	1	50 073 321	13 453 335	619 472 041	1	582 736 844	1

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração.

Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos, da variação da provisão para prémios não adquiridos e dos prémios adquiridos de seguro direto, em 2018 e 2017:



Ramo / Grupo Ramos	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
	2018	%	2017	%	2018	2017	2018	%	2017	%
Vida	82 149 191	8%	67 435 394	7%	0	0	82 149 191	8%	67 435 394	7%
Total I	82 149 191	8%	67 435 394	7%	0	0	82 149 191	8%	67 435 394	7%
Não Vida										
Acidentes de trabalho	95 593 185	9%	106 246 548	10%	-3 164 653	3 514 302	98 757 838	10%	102 732 246	10%
Acidentes pessoais e doença	87 173 277	8%	78 705 896	8%	5 850 530	3 703 394	81 322 747	8%	75 002 502	8%
Incêndio e outros danos	230 795 733	21%	186 112 944	18%	21 605 094	-3 512 719	209 190 639	21%	189 625 663	19%
Automóvel	369 389 551	34%	346 527 451	34%	33 064 411	5 681 006	336 325 140	34%	340 846 445	34%
Marítimo, aéreo e transportes	132 750 525	12%	167 488 565	17%	11 545 768	28 121	121 204 757	12%	167 460 444	17%
Responsabilidade civil geral	74 578 530	7%	40 305 851	4%	21 349 944	997 271	53 228 586	5%	39 308 580	4%
Crédito e caução	7 259 340	1%	20 564 993	2%	-6 191 562	7 211 815	13 450 902	1%	13 353 178	1%
Total II	997 540 141	92%	945 952 248	93%	84 059 532	17 623 190	913 480 609	92%	928 329 058	93%
Total I + II	1 079 689 332	1	1 013 387 642	1	84 059 532	17 623 190	995 629 800	1	995 764 452	1

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido.

Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2018 e 2017:

Ramo / Grupo Ramos	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
	2018	%	2017	%	2018	2017	2018	%	2017	%
Vida	39 368 445	10%	31 489 588	8%	0	0,00	39 368 445	10%	31 489 588	8%
Total I	39 368 445	10%	31 489 588	8%	0	0,00	39 368 445	10%	31 489 588	8%
Acidentes de trabalho	3 870 302	1%	3 225 250	1%	0	0	3 870 302	1%	3 225 250	1%
Acidentes pessoais e doença	47 760 580	12%	55 918 807	13%	-496 645	2 984 743	48 257 225	13%	52 934 064	13%
Incêndio e outros danos	155 914 545	38%	124 676 413	30%	7 220 853	-1 914 387	148 693 692	40%	126 590 800	31%
Automóvel	15 040 878	4%	36 542 932	9%	0	0	15 040 878	4%	36 542 932	9%
Marítimo, aéreo e transportes	102 366 872	25%	127 083 242	30%	9 637 710	1 619 412	92 729 162	25%	125 463 830	30%
Responsabilidade civil geral	46 052 976	11%	34 692 581	8%	17 624 293	1 480 087	28 428 683	8%	33 212 494	8%
Crédito e caução	-230 628	0%	3 568 650	1%	0	0	-230 628	0%	3 568 650	1%
Total II	370 775 525	90%	385 707 875	92%	33 986 211	4 169 855	336 789 314	90%	381 538 020	92%
Total I + II	410 143 970	1	417 197 463	1	33 986 211	4 169 855	376 157 759	1	413 027 608	1

6 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Custos com sinistros Seguro Directo

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Variação da	Custos
	Prestações	Custos de	Provisão	com
		gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	12 350 742	1 162 220	93 052	13 606 014
Total I	12 350 742	1 162 220	93 052	13 606 014
Não Vida				
Acidentes de trabalho	11 285 523	1 355 909	-3 786 889	8 854 543
Acidentes pessoais e doença	2 130 810	462 843	1 219 412	3 813 065
Incêndio e outros danos	7 070 015	1 535 709	234 501	8 840 225
Automóvel	173 354 726	5 617 335	85 669 159	264 641 220
Marítimo, aéreo e transportes	21 305 088	4 627 772	32 018 762	57 951 622
Responsabilidade civil geral	3 380 690	734 334	8 316 184	12 431 208
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	218 526 852	14 333 902	123 671 129	356 531 883
	230 877 594	15 496 122	123 764 181	370 137 897

Custos com sinistros Resseguro Cedido

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Varição da	Custos
	Custos de		Provisão	com
	Prestações	gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	4 766 623		7 157	4 773 780
Total I	4 766 623	0	7 157	4 773 780
Não Vida				
Acidentes de trabalho	2 631 205		4 790 452	7 421 657
Acidentes pessoais e doença	1 099 064		1 985 845	3 084 909
Incêndio e outros danos	4 151 025		-303 612	3 847 413
Automóvel	12 698 920		53 167 125	65 866 045
Marítimo, aéreo e transportes	19 423 301		11 680 989	31 104 290
Responsabilidade civil geral	3 285 972		6 663 744	9 949 716
Crédito e caução	0		0	0
Total II	43 289 487	0	77 984 543	121 274 030
	48 056 110	0	77 991 700	126 047 810

Custos com sinistros líquidos de resseguro

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Varição da	Custos
	Custos de		Provisão	com
	Prestações	gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	7 584 119	1 162 220	85 895	8 832 234
Total I	7 584 119	1 162 220	85 895	8 832 234
Não Vida				
Acidentes de trabalho	8 654 318	1 355 909	-8 577 341	1 432 886
Acidentes pessoais e doença	1 031 746	462 843	-766 433	728 156
Incêndio e outros danos	2 918 990	1 535 709	538 113	4 992 812
Automóvel	160 655 806	5 617 335	32 502 034	198 775 175
Marítimo, aéreo e transportes	1 881 787	4 627 772	20 337 773	26 847 332
Responsabilidade civil geral	94 718	734 334	1 652 440	2 481 492
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	175 237 365	14 333 902	45 686 586	235 257 853
	182 821 484	15 496 122	45 772 481	244 090 087



7 – Outras provisões técnicas, líquidos de resseguro

A rubrica outras provisões técnicas, líquida de resseguro, nos exercícios de 2018 e 2017 inclui apenas a variação da provisão para riscos em curso. Ver Nota 24.5 .

8 – Provisão matemática do ramo vida, líquidos de resseguro

A rubrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 24.2 .

9 – Participação nos resultados, líquidos de resseguro

A rubrica participação nos resultados, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida com participação nos resultados. Ver Nota 24.4 .

10 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	2018	2017
Custos de aquisição	14,050,812	12,119,463
Custos de aquisição imputados (nota 11)	94,019,493	92,199,854
Custos de aquisição diferidos	-17,104,853	0
Custos administrativos	3,762,342	2,793,675
Custos administrativos imputados (Nota 11)	98,855,919	97,294,728
Comissões e participações nos resultados de resseguro	-76,423,214	-69,884,842
	117 160 499	134 522 877

Ramo / Grupo Ramos	2018			2017		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Vida	10,714,172	15,855,271	-5,141,099	13,596,463	10,078,775	3,517,688
Total I	10,714,172	15,855,271	-5,141,099	13,596,463	10,078,775	3,517,688
Acidentes de trabalho	18,528,047	-	18,528,047	20,779,301	-	20,779,301
Acidentes pessoais e doença	15,833,069	9,962,428	5,870,641	15,546,636	11,464,692	4,081,944
Incêndio e outros danos	43,736,250	29,055,847	14,680,403	40,809,072	23,638,711	17,170,361
Automóvel	67,691,850	-	67,691,850	68,039,033	220,062	67,818,971
Marítimo, aéreo e transportes	23,863,682	13,470,020	10,393,662	32,905,204	15,642,050	17,263,154
Responsabilidade civil geral	12,144,694	8,079,648	4,065,046	8,889,458	8,483,687	405,771
Crédito e caução	1,071,949	-	1,071,949	3,842,554	356,865	3,485,689
Total II	182,869,541	60,567,943	122,301,598	190,811,257	59,806,067	131,005,190
Total I + II	193,583,713	76,423,214	117,160,499	204,407,720	69,884,842	134,522,878

11 – Custos por natureza imputados

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, é a seguinte:

2018	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	11 098 488,00	72%	58 266 919,00	62%	69 365 358,53	70%	0,00	0%	138 730 765,53	63%
Fornecimentos e serviços externos	3 664 699,00	24%	19 239 589,00	20%	22 904 244,00	23%	0,00	0%	45 808 532,00	21%
Impostos	0,00	0%	12 665 091,00	13%	2 005 491,55	2%	0,00	0%	14 670 582,55	7%
Amortizações	732 935,00	5%	3 847 894,00	4%	4 580 825,00	5%	10 731 992,00	100%	19 893 646,00	9%
	15 496 122,00	1	94 019 493,00	1	98 855 919,08	1	10 731 992,00	1	219 103 526,08	1

2017	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 586 099,00	69%	55 576 888,00	60%	66 162 919,00	68%	0,00	0%	132 325 906,00	62%
Fornecimentos e serviços externos	3 894 461,00	25%	20 445 806,00	22%	24 340 182,00	25%	0,00	0%	48 680 449,00	23%
Impostos	0,00	0%	11 847 808,00	13%	1 637 634,00	2%	0,00	0%	13 485 442,00	6%
Amortizações	824 644,00	5%	4 329 352,00	5%	5 153 991,00	5%	9 246 252,00	100%	19 554 239,00	9%
	15 305 204,00	1	92 199 854,00	1	97 294 726,00	1	9 246 252,00	1	214 046 036,00	1

11.1 – Fornecimentos e serviços externos

A rubrica Fornecimento e serviços externos é analisada como segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2018		2017		Variação	
	valor	%	valor	%	ABS	%
Fornecimento e Serviços						
Electricidade	5,045,487	11.01%	5,268,607	10.82%	-223,120	-4.23%
Combustíveis	1,744,423	3.81%	1,495,173	3.07%	249,250	16.67%
Água	321,635	0.70%	334,961	0.69%	-13,326	-3.98%
Impressos	1,180,082	2.58%	569,169	1.17%	610,913	107.33%
Material de Escritório	2,808,658	6.13%	2,717,300	5.58%	91,358	3.36%
Livros e documentação técnica	3,900	0.01%	-	0.00%	3,900	-
Artigos para oferta	407,504	0.89%	22,568	0.05%	384,936	1705.67%
Rendas e Alugueres	1,377,000	3.01%	1,827,000	3.75%	-450,000	-24.63%
Despesas de Representação	95,270	0.21%	293,385	0.60%	-198,115	-67.53%
Comunicação	3,980,015	8.69%	5,336,888	10.96%	-1,356,873	-25.42%
Seguros	647,448	1.41%	652,978	1.34%	-5,530	-0.85%
Deslocações e Estadas	2,277,740	4.97%	2,342,225	4.81%	-64,485	-2.75%
Honorários	3,405,260	7.43%	3,664,783	7.53%	-259,523	-7.08%
Conservação e Reparação	4,634,456	10.12%	4,370,289	8.98%	264,167	6.04%
Publicidade e Propaganda	5,712,192	12.47%	8,200,592	16.85%	-2,488,400	-30.34%
Vigilância e Segurança	4,937,434	10.78%	4,932,834	10.13%	4,600	0.09%
Trabalhos Especializados	2,019,122	4.41%	1,286,885	2.64%	732,237	56.90%
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	5,210,906	11.38%	5,364,812	11.02%	-153,906	-2.87%
	45 808 532	100.00%	48,680,449	100.00%	-2,871,917	-5.90%

Verificou-se uma redução de 6% nesta rubrica, traduzidos em 2.872 contos, mantendo a companhia o foco na contenção dos custos.

11.2 - Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Custos com o Pessoal	2018	2017	Variação	
			ABS	%
Remunerações - órgãos sociais	20 851 832	18 285 451	2 566 381	14%
Remunerações - pessoal	92 898 382	87 134 979	5 763 403	7%
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	1 451 121	1 380 571	70 550	5%
Encargos sobre remunerações - pessoal	14 248 024	12 401 055	1 846 969	15%
Seguros obrigatórios	7 396 909	7 935 623	(538 714)	-7%
Custos de acção social	644 349	3 934 452	(3 290 103)	-84%
Formação	1 179 298	978 876	200 422	20%
Outros	60 850	274 900	(214 050)	-78%
	138 730 765	132 325 907	6 404 858	5%

A redução relevante nos custos de Ação Social diz respeito essencialmente as galas de comemoração dos 25 anos da Companhia ocorridas em 2017.

O aumento nas rubricas Remunerações resulta da especialização do bónus de produtividade, relativo a 2018 e a ser pago em 2019.

O número de empregados da Companhia no exercício de 2018 aumentou em apenas uma unidade, com a diminuição de um quadro de Direcção e aumento de dois quadros técnicos, como se demonstra:

Alocação dos Trabalhadores	2018	2017
Direcção	7	8
Quadros técnicos	25	23
Quadros administrativos	34	34
Outros	6	6
	72	71

11.2.1 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego com os seus colaboradores.

12 – Rendimentos

	2018	2017
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida		
Acções	2 929 581	-
Obrigações	1 455 880	9 222 942
Outros Depósitos	1 697 260	4 111 004
	6 082 721	13 333 946
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida		
Seguro de Acidentes de Trabalho		
Obrigações	3 017 250	3 000 000
	3 017 250	3 000 000
Seguro Automóvel		
Edifícios de Rendimento	1 920 000	160 000
Acções	1 017 135	11 207 460
Obrigações	3 667 739	-
	6 604 874	11 367 460
Outros Seguros		
Edifícios de Rendimento	3 814 574	3 315 703
Acções		2 113 242
Outros Depósitos	1 397 260	-
Obrigações	3 092 055	-
	8 303 889	5 428 945
De investimentos não afectos		
Obrigações	300 000	-
	300 000	-
Total	24 308 734	33 130 351

Em 2018 a Companhia obteve rendimentos de juros de obrigações de depósitos a prazo no valor de 14.627 contos que representam 60,2% do total dos rendimentos obtidos de investimentos.

Em 2018 a IMPAR recebeu apenas 3.947 contos de dividendos contra os 13.321 contos recebidos em 2017, consequência da venda da totalidade das acções da Caixa



Económica de Cabo Verde. Há que referir que a IMPAR, enquanto acionista principal do BCN, deliberou pela não distribuição de Dividendos pelo período de 5 anos nesse Banco, reforçando assim os capitais próprios, os quais serão fundamentais para a materialização do plano estratégico dessa Instituição Bancária que passa pela duplicação do seu volume de negócios ao longo desse quinquénio.

Durante o exercício 2018 a Companhia registou rendimentos de Edifícios no valor global de 5.735 contos o que representa um acréscimo de 65%.

13 – Gastos financeiros

A rubrica Gastos financeiros, nos exercícios de 2018 e 2017 inclui apenas gastos diversos imputados à função investimentos. Ver Nota 11.

14 – Outras provisões (variação)

No exercício de 2018 o montante registado na rubrica Outras provisões (variação) é resultante da variação do ajustamento para recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa. Relativamente ao exercício de 2017, o montante registado inclui cerca de 44.957 contos relativos à variação do ajustamento para recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa e 156.207 contos relativos à constituição de uma provisão relacionada com o badwill apurado no exercício, conforme explicado nas notas 29 e 39.

15 – Outros rendimentos/gastos

	2018	2017
Mecenato	9 284 570	5 359 911
Gastos e perdas financeiras	2 206 497	1 782 048
Excesso/estimativa impostos	(12 242 530)	-
Outros	(138 850)	(271 748 949)
Mais/menos valias alienação imobilizado	225 102	-1 199 024
Total	(665 211)	(265 806 014)

O aumento verificado na rubrica Mecenato, em 2018, corresponde a assinatura do protocolo para evacuação urgente de doentes inter-ilhas, com a utilização das



unidades aéreas e navais afetas às Forças Armadas, enquadrada na responsabilidade Social, cabendo a Companhia 4.465 contos, que corresponde a 15% do valor global.

O registo do montante de 12.243 contos corresponde a regularização do excesso de estimativa para imposto, concernente a exercícios anteriores.

Em 31 Dezembro de 2017, a venda da nossa participação detida na CECV – Caixa Económica de Cabo Verde gerou mais valias significativas de cerca de 270.000 contos registadas em Outros rendimentos (ver nota 18).

16 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica apresenta-se como segue:

	2018	2017
Caixa	2 900 359	2 676 780
Depósitos em instituições de crédito	53 107 250	526 909 134
	56 007 609	529 585 914

17 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 é apresentado como segue:



Descrição	Valorização	Quantidades ações	Participação	Valor 31-12-2018
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Custo	4,000	50.00%	20,000,000
GRUPO IMPAR	Custo	5,000	100.00%	5,000,000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	394,876	43.88%	957,325,850
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Equivalência patrimonial	100,000	100.00%	957,626,472
Total - Investimentos em subsidiárias				1,939,952,322

Descrição	Valorização	Quantidades ações	Participação	Valor 31-12-2017
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Custo	4,000	50.00%	20,000,000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	465,000	51.67%	994,078,511
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Equivalência patrimonial	81,500	81.50%	704,083,118
Total - Investimentos em subsidiárias				1,718,161,629

Decorrente da participação direta na SEPI, a Companhia detêm em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 uma participação no BCN de 87.76% e 87.44%, respetivamente, por via direta e indireta.

A movimentação da valorização dos investimentos em subsidiárias nos exercícios de 2018 e 2017 é apresentada como segue:

Descrição	31-12-2017	Aquisição	Suprimentos	Alienação	Goodwill negativo aquisições	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em outras reservas	31-12-2018
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	20,000,000							20,000,000
GRUPO IMPAR	0	5,000,000						5,000,000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	994,078,511			-149,515,164		83,325,835	29,436,668	957,325,850
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	704,083,118	101,586,283			54,220,867	68,290,292	29,445,912	957,626,472
Total - Investimentos e Subsidiárias	1,718,161,629	106,586,283	0	-149,515,164	54,220,867	151,616,127	58,882,580	1,939,952,322

Descrição	31-12-2016	Aquisição	Suprimentos	Alienação	Goodwill negativo aquisições	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em outras reservas	31-12-2017
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	4,000,000		16,000,000					20,000,000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios		634,567,199			359,511,312			994,078,511
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.		451,016,761			253,066,357			704,083,118
Total	4,000,000	1,085,583,960	16,000,000	0	612,577,669	0	0	1,718,161,629

A rubrica Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial no exercício de 2018 para



além do ganho de 151.616 contos, proveniente da aplicação do método de equivalência patrimonial, referido na tabela acima, incluí igualmente uma perda de cerca de 50.754 contos resultante das ações do BCN alienadas no exercício.

Na tabela abaixo apresentamos informação financeira do BCN, como segue:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	2,181,933,733	207,193,374	1,918,938,558	203,850,280

A SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A. detém essencialmente uma participação de 43.89% do BCN em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

A IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l. e o GRUPO ÍMPAR são empresas que não apresentam atividade significativa nos exercícios de 2018 e 2017.

18 – Activos disponíveis para venda

Descrição	Valorização	QTD	P.U Aquis.	Valor em 31Dez2018	Valor em 31Dez2017
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1,500	2,100	3,465,000	3,465,000
CVTELECOM, S.a.r.l.	Custo	1,500	4,800	7,200,000	9,915,000
SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	Custo	23,822	2,162	51,513,643	39,949,495
GMT - Cabo Verde, SA	Custo	7,500	2,750	-	-
Total Activos disponíveis para venda				62,178,643	53,329,495

Descrição	Valorização	QTD	P.U Aquis.	Valor em 31Dez2017	Valor em 31Dez2016
CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	168,032	1,880	-	488,973,120
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1,500	2,100	3,465,000	3,465,000
CVTELECOM, S.a.r.l.	Equivalência patrimonial	1,500	4,800	9,915,000	10,116,000
SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	Equivalência patrimonial	23,822	2,200	39,949,495	39,949,495
GMT - Cabo Verde, SA	Custo	7,500	2,750	-	-
Total - Activos disponíveis para venda				53,329,495	542,503,615

Em 2018 não se registou qualquer movimentação proveniente de compras e vendas de ações, tendo as variações registadas nos montantes sido originadas pela anulação das variações positivas e negativas reconhecidas em 2017 em Capital próprio na conta de Reservas de reavaliação - Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros.

Em 2017 foi vendida a nossa participação detida na CECV – Caixa Económica de Cabo Verde (ver nota 15).

19 – Empréstimos e contas a receber

No exercício precedente a Companhia detinha uma carteira de 50.000 contos em depósitos a prazo, tendo procedido a sua mobilização em 2018.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento nesta rubrica.

20 – Investimentos a deter até à maturidade

As Obrigações detalham-se como se segue:

Descrição	Saldo 31Dez18	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações Inpharma	2,514,839	2,515	7%	2019
Obrigações TACV	50,000,000	50,000	6%	2031
Obrigações Tesouro	120,000,000	120,000	4.75%	2019
Obrigações Tesouro	50,000,000	50,000	3.75%	2019
	222,514,839			

Descrição	Saldo 31Dez17	Qtd	Tx Juro	Data Venc.
Obrigações Inpharma	5,029,667	5,030	7%	2019
Obrigações TACV	50,000,000	50,000	6%	2031
Obrigações Tesouro	100,000,000	10,000	4.75%	2018
	155,029,667			

Em 31 de Dezembro de 2018 as Obrigações totalizam o montante de 222.515 contos, sendo que deste montante 170.000 Contos respeitam a Obrigações do Tesouro, com vencimento no ano 2019.

21 – Terrenos e edifícios

Nos exercícios de 2018 e 2017, as rubricas Terrenos e Edifícios da Companhia apresentam o seguinte detalhe:

	2018							
	Saldos em 31.12.2017		Alienações	Amortizações do exercício	Transferências	Saldos em 31.12.2018		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:								
De Uso Próprio	268 222 440	52 895 281	-	9 881 165	15 872 830	284 095 270	62 776 446	221 318 824
De Rendimento	366 758 649	-	10 000 000	-	- 15 872 830	340 885 819	-	340 885 819
	634 981 089	52 895 281	10 000 000	9 881 165	-	624 981 089	62 776 446	562 204 643

As adições de terrenos e edifícios de uso próprio correspondem a reclassificação de dois edifícios (apartamentos) situados nas cidades do Mindelo e Ribeira Grande Stº Antão que no exercício 2017 se encontravam alocados e destinados a rendimento.

Terrenos e edifícios de Uso Próprio

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os terrenos e edifícios de serviço próprio detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	2018			2017		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Apartamento em Ribeira Grande - Stº Antão	9 179 830	367 193	8 812 637	-	-	-
Escritório da Assomada - Stª Catarina	10 621 005	3 398 720	7 222 285	10 621 005	2 973 880	7 647 125
Escritório em Stª Maria - Sal	8 421 050	2 694 736	5 726 314	8 421 050	2 357 894	6 063 156
Apartamento na Achada Stº António - Edifício Europa	7 750 000	2 480 000	5 270 000	7 750 000	2 170 000	5 580 000
Escritório na Achada Stº António - Praia	23 772 681	4 312 118	19 460 563	23 772 681	3 361 211	20 411 470
Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia	106 175 059	23 627 555	82 547 504	106 175 059	19 380 553	86 794 506
Escritório nos Espargos - Sal	24 585 374	8 468 436	16 116 938	24 585 374	7 485 021	17 100 353
Edifício Sede Social - Mindelo	49 831 123	17 159 967	32 671 156	49 831 123	15 166 722	34 664 401
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo	6 693 000	267 720	6 425 280	-	-	-
Terreno Sede Administrativa - Praia	9 046 720	-	9 046 720	9 046 720	-	9 046 720
Terreno do Escritório Espargos - Sal	8 000 000	-	8 000 000	8 000 000	-	8 000 000
Terreno Sede Social - Mindelo	18 830 000	-	18 830 000	18 830 000	-	18 830 000
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1 189 428	-	1 189 428	1 189 428	-	1 189 428
Total	284 095 270	62 776 445	221 318 825	268 222 440	52 895 281	215 327 159

Localização	2017			2016		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Apartamento em Ribeira Grande - Stº Antão	-	-	-	-	-	-
Escritório da Assomada - Stª Catarina	10,621,005	2,973,880	7,647,125	10,621,005	2,549,040	8,071,965
Escritório em Stª Maria - Sal	8,421,050	2,357,894	6,063,156	8,421,050	2,021,052	6,399,998
Apartamento na Achada Stº António - Edifício Europa	7,750,000	2,170,000	5,580,000	7,750,000	1,860,000	5,890,000
Escritório na Achada Stº António - Praia	23,772,681	3,361,211	20,411,470	21,514,530	2,410,304	19,104,226
Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia	106,175,059	19,380,553	86,794,506	105,360,743	15,133,551	90,227,192
Escritório nos Espargos - Sal	24,585,374	7,485,021	17,100,353	24,585,374	6,501,606	18,083,768
Edifício Sede Social - Mindelo	49,831,123	15,166,722	34,664,401	49,831,123	13,173,477	36,657,646
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo	-	-	-	-	-	-
Terreno Sede Administrativa - Praia	9,046,720	-	9,046,720	9,046,720	-	9,046,720
Terreno do Escritório Espargos - Sal	8,000,000	-	8,000,000	8,000,000	-	8,000,000
Terreno Sede Social - Mindelo	18,830,000	-	18,830,000	18,830,000	-	18,830,000
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1,189,428	-	1,189,428	1,189,428	-	1,189,428
Total	268,222,440	52,895,281	215,327,159	265,149,973	43,649,030	221,500,943

Os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, sendo amortizados ao longo da respectiva vida útil.

Terrenos e edifícios de Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Terrenos e Edifícios de Rendimento

Localização	Ano da última avaliação	Custo de aquisição	Valor de Balanço	
			2018	2017
			Valor bruto	Valor bruto
Armazém na Achada Grande Frente (Ex-OMT) - Praia	2018	60 000 000	59 280 000	59 280 000
Edifício em Alto Morabeza (Ex-Confecções Porto Grande) - Mindelo	2018	82 614 451	142 000 000	142 000 000
Edifício em Chã Alecrim (Ex-Edilter) - Mindelo	2018	14 659 728	13 714 000	13 714 000
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo	2018	6 693 000	-	6 693 000
Pardieiro Ponta Belém - Praia	2018	10 000 000	-	10 000 000
Edifício da Farmácia Africana - Praia	2018	23 000 000	25 740 000	25 740 000
Armazém na Achada Grande Frente (Ex-COMAT) - Praia	2018	25 977 823	31 920 000	31 920 000
Apartamento em Terra Branca - Praia	2018	3 634 196	3 914 000	3 914 000
Apartamento em Ribeira Grande - Stº Antão	2017	9 179 830	-	9 179 830
Terreno nos Espargos - Sal		587 719	587 719	587 719
Terreno na Boavista		770 100	770 100	770 100
Terreno em Palha Sé - Praia		58 176 211	62 960 000	62 960 000
		295 293 058	340 885 819	366 758 649

Os imóveis de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, determinado com recurso a avaliações, tendo em vista a obtenção do preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação.

22 – Outros activos tangíveis e inventários

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2018	2017
Imobilizado tangível		
Valor bruto	193 949 967	203 771 399
Depreciação acumulada	-169 899 472	-161 329 418
	24 050 495	42 441 981
Inventários	2 623 354	391 354

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2018 foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis	2017	Adições	Alienações/ Abates/ Anulações	2018
Equipamento Administrativo	47 138 089	46 665	-	47 184 754
Máquinas e Ferramentas	7 251 271	-	-	7 251 271
Equipamento Informático	57 817 600	1 472 079	-	59 289 679
Instalações Interiores	4 018 464	-	-	4 018 464
Material de Transporte	69 595 195	2 500 000	1 183 202	70 911 993
Outro Equipamento	3 656 237	46 400	-	3 702 637
Património Artístico	1 591 170	-	-	1 591 170
	191 068 026	4 065 144	1 183 202	193 949 968

Depreciações Acumuladas	2017	Depreciações/ Amortizações	Alienações/ Abates/ Anulações	2018
Equipamento Administrativo	41 348 538	1 457 912	-	42 806 450
Máquinas e Ferramentas	6 630 458	124 162	-	6 754 620
Equipamento Informático	55 904 399	1 806 358	-	57 710 757
Instalações Interiores	3 674 469	103 615	-	3 778 084
Material de Transporte	50 014 050	5 216 130	591 600	54 638 580
Património Artístico	1 591 169	-	-	1 591 169
Outro Equipamento	2 166 335	453 477	-	2 619 812
	161 329 418	9 161 654	591 600	169 899 472

Total	29 738 608	(5 096 510)	591 602	24 050 496
--------------	-------------------	--------------------	----------------	-------------------

Outros elementos do activo	2017	Adições	Alienações/ Abates	2018
Investimentos Financeiros:	3 429 624			
Projecto Leasing	9 273 750	-		9 273 750
Projecto Emprofac	0	535 000		535 000
Total	12 703 374	535 000	-	9 808 750

As aquisições do ano nos activos fixos tangíveis respeitam essencialmente:

- Equipamentos informáticos, referente aos equipamentos para implementação da gestão documental que no exercício 2017 encontravam-se classificados em activos em curso;
- Transporte, aquisição da Viatura da Directora Jurídica e alienação de uma viatura da frota;

Quanto aos activos em curso:

No que tange ao projecto de Leasing, dada a aquisição do BCN, a estratégia alterou-se no sentido de implementação desta vertente de negócio dentro das actividades do Banco.

Os Inventários dizem respeito fundamentalmente aos salvados, sendo que o aumento verificado em 2018 corresponde ao registo de quatro viaturas.

23 – Outros activos intangíveis

	2018	2017
Imobilizado intangível		
Valor bruto	18 689 867	16 137 343
Amortização acumulada	-16 988 170	-16 137 343
	1 701 697	0

Encontram-se registados nesta rubrica as despesas de desenvolvimento e aquisição de aplicações informáticas relacionadas com o software utilizado na Companhia.

Em 31 dezembro de 2018 esta rubrica tem um valor bruto de 18.690 contos faltando amortizar 1.702 contos.

24 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto, líquidas de resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ramo / Grupo Ramos	2018			2017		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Provisão prémios não adquiridos	290,550,572	136,266,317	154,284,255	206,751,835	94,098,384	112,653,451
Provisão para sinistros	881,972,657	256,963,550	625,009,107	757,565,595	178,971,850	578,593,745
Provisão matemática Vida	99,076,548	-	99,076,548	74,561,418	-	74,561,418
Provisão para Participação Resultados	775,107	-	775,107	661,879	-	661,879
Provisão para Riscos em Curso	-	-	-	22,416,572	-	22,416,572
Total	1,272,374,884	393,229,867	879,145,017	1,061,957,299	273,070,234	788,887,065

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede ao reconhecimento de custos de aquisição diferidos, deduzindo estes encargos de aquisição à provisão para prémios não adquiridos.

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 7.385 contos relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

24.1 – Provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro cedido

Ramos / Grupo ramos	2018						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Líquida
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	25,359,104	3,515,245	21,843,859	19,314,707	3,187,770	16,126,937	5,716,922
Acidentes de trabalho	2,662,769	270,396	2,392,373	-	-	-	2,392,373
Acidentes pessoais e doença	22,538,114	2,389,823	20,148,291	11,686,664	2,477,726	9,208,938	10,939,353
Incêndio e outros danos	85,871,470	9,805,879	76,065,591	71,346,720	13,198,789	58,147,931	17,917,660
Automóvel	118,726,593	10,645,847	108,080,746	-	-	-	108,080,746
Marítimo, aéreo e transportes	31,271,738	3,084,044	28,187,694	29,222,045	2,820,724	26,401,321	1,786,373
Responsabilidade civil geral	31,058,342	3,298,651	27,759,691	29,792,020	3,410,830	26,381,190	1,378,501
Crédito e caução	7,405,277	1,332,950	6,072,327	-	-	-	6,072,327
Total	324,893,407	34,342,835	290,550,572	161,362,156	25,095,839	136,266,317	154,284,255

Ramos / Grupo ramos	2017						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Líquida
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	10,384,202	1,869,156	8,515,046	9,689,287	1,744,072	7,945,215	569,831
Acidentes de trabalho	6,538,083	1,176,855	5,361,228	-	-	-	5,361,228
Acidentes pessoais e doença	18,722,656	3,370,078	15,352,578	11,836,077	2,130,494	9,705,583	5,646,995
Incêndio e outros danos	72,103,739	12,978,673	59,125,066	62,106,193	11,179,115	50,927,078	8,197,988
Automóvel	96,108,789	17,299,582	78,809,207	-	-	-	78,809,207
Marítimo, aéreo e transportes	22,131,576	3,983,684	18,147,892	20,443,428	3,679,817	16,763,611	1,384,281
Responsabilidade civil geral	10,892,349	1,960,623	8,931,726	10,679,143	1,922,246	8,756,897	174,829
Crédito e caução	15,254,990	2,745,898	12,509,092	-	-	-	12,509,092
Total	252,136,384	45,384,549	206,751,835	114,754,128	20,655,744	94,098,384	112,653,451

CAD = custos de aquisição diferidos

24.2 – Provisão para seguros e operações do ramo vida

Provisões ramo Vida	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Provisão matemática	99,076,548	74,561,418	24,543,349	793,061

24.3 – Provisão para sinistros, líquida de resseguro

Desagregação dos Custos com sinistros do seguro directo:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2018	2017	2018	2017
Vida	5,297,365	5,204,313	93,052	2,543,800
Total I	5,297,365	5,204,313	93,052	2,543,800
Acidentes de trabalho	85,033,983	66,360,423	-3,786,889	-7,503,062
Acidentes pessoais e doença	7,877,017	11,137,396	1,219,412	733,857
Incêndio e outros danos	21,769,198	21,534,697	234,501	-3,433,176
Automóvel	512,069,407	443,774,312	85,669,159	90,257,300
Marítimo, aéreo e transportes	221,351,483	189,296,434	32,018,762	-23,085,479
Responsabilidade civil geral	28,574,204	20,258,020	8,316,184	2,967,492
Crédito e caução	-	-	-	-
Total II	876,675,292	752,361,282	123,671,129	59,936,932
	881,972,657	757,565,595	123,764,181	62,480,732

Resseguro cedido:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2018	2017	2018	2017
Vida	4,646,039	4,638,882	-7,157	-2,250,001
Total I	4,646,039	4,638,882	-7,157	-2,250,001
Acidentes de trabalho	38,328,480	33,538,028	-4,790,452	-13,415,562
Acidentes pessoais e doença	5,977,349	3,991,504	-1,985,845	1,425,851
Incêndio e outros danos	14,359,142	14,662,754	303,612	3,826,045
Automóvel	119,582,931	66,415,806	-53,167,125	-16,397,498
Marítimo, aéreo e transportes	49,115,511	37,434,522	-11,680,989	158,480,141
Responsabilidade civil geral	24,954,098	18,290,354	-6,663,744	-2,508,869
Crédito e caução	-	-	-	-
Total II	252,317,511	174,332,968	-77,984,543	131,410,108
	256,963,550	178,971,850	-77,991,700	129,160,107

Líquido de resseguro:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2018	2017	2018	2017
Vida	651,326	565,431	100,209	4,793,801
Total I	651,326	565,431	100,209	4,793,801
Acidentes de trabalho	46,705,503	32,822,395	1,003,563	5,912,500
Acidentes pessoais e doença	1,899,668	7,145,892	3,205,257	-691,994
Incêndio e outros danos	7,410,056	6,871,943	-69,111	-7,259,221
Automóvel	392,486,476	377,358,506	138,836,284	106,654,798
Marítimo, aéreo e transportes	172,235,972	151,861,912	43,699,751	-181,565,620
Responsabilidade civil geral	3,620,106	1,967,666	14,979,928	5,476,361
Crédito e caução	-	-	-	-
Total II	624,357,781	578,028,314	201,655,672	-71,473,176
	625,009,107	578,593,745	201,755,881	-66,679,375

24.4 – Provisão para participação nos resultados

Provisões ramo Vida	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Participação nos resultados	775,107	661,879	3,748,553	397,629

24.5 – Provisão para riscos em curso

Ramo / Grupo Ramos	Saldo balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Incêndio e outros danos	-	6,804,447	-6,804,447	6,804,447
Marítimo, aéreo e transporte	-	10,896,934	-10,896,934	10,896,934
Responsabilidade civil geral	-	4,715,191	-4,715,191	4,715,191
Total	-	22,416,572	-22,416,572	22,416,572

25 – Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Contas a receber” tinha a seguinte composição:

	2018	2017
Activo Bruto		
Recibos por cobrar	224 290 007	219 937 910
Operações pendentes de liquidação	97 648 477	
Resseguro	13 811 178	6 906 746
Tomadores de seguros	5 708 406	6 668 281
Reembolsos de sinistros	1 647 403	1 004 522
Outros	13 181 144	4 224 500
	356 286 615	238 741 959
Ajustamentos		
Recibos por cobrar	(101 202 968)	(147 475 085)
Créditos de cobrança duvidosa	(5 341 574)	(5 341 574)
	(106 544 542)	(152 816 659)
Activo Líquido	249 742 073	85 925 300

Os saldos incluídos na rubrica operações pendentes de liquidação, dizem respeito a valores referentes a venda de participações no BCN, que estão pendentes da aprovação do Banco de Cabo Verde.

Verificou-se uma diminuição do saldo dos ajustamentos para Recibos por cobrar no montante de 46.272 contos, fruto da anulação dos recibos considerados incobráveis. De acordo com as políticas definidas pela IMPAR, a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir integralmente todos os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados e de valores a receber de entidades institucionais, essencialmente Estado.

26 – Activos e passivos por impostos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Estado e outros entes públicos”, apresentava os seguintes saldos:

	(Débitos) /Créditos	
	2018	2017
Retenção de imposto na fonte	1 749 484	1 765 551
Imposto Sobre Rendimento	5 900 613	50 881 091
Débito		-27 058 302
Crédito	5 900 613	77 939 393
Imposto de selo	12 166 891	10 444 880
Taxas para a Autoridade de Controlo	1 885 104	3 971 151
Contribuições para a segurança social	3 335 738	3 138 263
Outros	5 497	0
Impostos Correntes	25 043 327	70 200 936
Impostos diferidos	17 003 859	18 890 411

Os saldos acima correspondem, ao processamento das retenções efectuadas no último mês do exercício, em particular, no processamento de remunerações do pessoal e dos honorários e contribuições da Companhia para a Previdência Social e para entrega ao Estado, bem como imposto selo sobre apólices.

Em 31 de Dezembro de 2018 a estimativa de impostos sobre os rendimentos é de 51.122 contos, sendo que o valor em dívida, compreende o líquido das entregas por conta e das retenções efetuadas por terceiros

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRPC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa de 25% e a uma taxa de incêndio de 2% que recai sobre o IRPC apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites

para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O Imposto sobre o rendimento de Pessoas Colectivas pode ser analisada como segue:

	2018	2017
Resultado antes de imposto custo/ (proveito)	401,704,529	253,784,691
Encargo de imposto nominal		
- a 25% (2017: 25%)	100,426,132	63,446,173
- Derrama (0,2% s/colecta)	2,008,523	1,268,923
	102,434,655	64,715,096
Encargo de imposto efectivo - Impar Seguros		
Custo/(proveito) por Imposto Corrente	51,121,538	65,696,864
Custo/(proveito) por Imposto Diferido		
	51,121,538	65,696,864
Taxa efectiva	12.73%	25.89%
Diferença por reconciliar	(51,313,117)	981,768
Reconciliação da diferença:		
Gastos não aceites (multas, depreciações)	173,094	173,094
Correcções a exercícios anteriores		
Excesso de estimativa de IUR	364,429	353,449
Dividendos	(1,006,413)	(3,396,779)
Benefícios fiscais	(53,806,699)	(534,840)
Mais e menos valias fiscais		
Outros	1,928,699	3,405,340
Tributação autónoma	1,033,773	981,504
	(51,313,117)	981,768

Determinação do excesso/insuficiência de imposto:

	2018
Estimativa de imposto 2017	64,715,096
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	3,261,472
Total de pagamentos por conta efectuados em 2017	23,796,830
Valor a recuperar / (pagar)	(37,656,794)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(38,638,562)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	(981,768)
	2017
Estimativa de imposto 2016	47,926,982
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	
Total de pagamentos por conta efectuados em 2016	20,515,488
Valor a recuperar / (pagar)	(27,411,494)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(14,922,968)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	12,488,526

27 – Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui, essencialmente: a especialização dos rendimentos (juros) relativos as obrigações do Tesouro que vencem em 2019.

O valor registado no Passivo corresponde essencialmente a estimativa com subsídio de férias e prémio produtividade a pagar aos trabalhadores.

	2018	2017
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	4 979 589	2 581 850
	4 979 589	2 581 850
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	12 995 156	6 754 197
	12 995 156	6 754 197



28 – Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é analisado como se segue:

	2018	2017
Contas a pagar por operações de seguro directo	13 788 172	11 538 816
Resseguradores	50 094 865	86 459 336
Contas a pagar por outras operações	143 623 646	560 319 124
	207 506 683	658 317 276

Na rubrica Contas a pagar por outras operações em 2017 é de salientar que em Março de 2018 foi liquidada a última prestação ao BANIF de 250 mil contos e 182 mil contos aos accionistas da SEPI referente à segunda e última prestação dos contratos de compra e venda acções SEPI, assinados em 2017.

29 – Outras provisões

	2018	2017
Outras provisões	172 907 265	172 907 265

Do montante de outras provisões reconhecido em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, 16.700 contos são decorrentes de um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

Adicionalmente, nesta rubrica de outras provisões encontra-se reconhecida, para ambos os períodos em análise, uma provisão para contingências em investimentos (riscos de atividade) no valor de 156.207 contos, na sequência da aquisição de uma participação direta e indireta de cerca de 87% no BCN.



30 – Capital

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é detido em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716 por Luís Vasconcelos Lopes, 7% da Aliança e os restantes 14,66% por diversos Accionistas nacionais, estando representado por 400.000.000 acções com o valor nominal de 1.000 cada, integralmente subscritas e realizadas.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos a quinta parte do seu capital social, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. As Reservas Legais da IMPAR atingiram o seu limite máximo, pelo que não há a necessidade de as constituir.

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 28 de Março de 2018, foi deliberado que do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, de mECV 189.069, o montante de 89.069 fosse alocado, em 2018, às reservas livres da Companhia e mECV 100.000 fossem distribuídos a título de dividendos.

31 – Reservas de reavaliação e outras reservas

	2018	2017
Reservas		
. Reserva Legal	80 000 000	80 000 000
. Prémios de Emissão	7 513 000	7 513 000
. Reservas Livres	385 739 863	296 670 268
. Outras Reservas	58 882 580	
	532 135 443	384 183 268
Reservas de Reavaliação		
Por Ajustamentos no Justo Valor:		
. De Activos Financeiros Disponíveis para Venda	15 000	-8 834 148
. De Investimentos em Subsidiárias	0	
	15 000	-8 834 148
Resultados Transitados		
. Investimentos Financeiros	456 670 363	
. Outros Investimentos	54 461 732	55 489 631
. De Revalorização de Terrenos e Edifícios Uso Próprio	27 297 138	27 297 138
	538 429 233	82 786 769

No ano de 2017, na rubrica Reservas de Reavaliação de Activos Financeiros Disponíveis para Venda encontravam-se valorizadas ao justo valor as participações em duas Empresas nacionais. Tendo em consideração que são participações financeiras não estratégicas, para as quais não é determinado o justo valor, em 2018 procedeu-se a reversão do registo do ano anterior, ficando as mesmas mensuradas pelo custo de aquisição, à luz da IAS 39.

No exercício de 2017 a IMPAR reconheceu o badwill apurado após a aquisição das participações no BNC e na SEPI, na rubrica "reservas de reavaliação por investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos", no seu capital próprio, no



montante de mECV 612.578. O referido badwill deveria ter sido reconhecido na demonstração de resultados. Face ao referido, procedeu-se a reclassificação nos resultados transitados, líquido das provisões para contingências dessas participações.

Em 2018, a Companhia procedeu à avaliação dos imóveis de rendimento de forma a determinar o justo valor com referência a 31.12.2018, 31.12.2017 e 31.12.2016, apurando a variação de justo valor a reconhecer nos exercícios de 2018 e 2017, com impacto em resultados transitados

32 – Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o apuramento dos resultados por acção básicos é apresentado como segue:

	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	350 583 028	645 439 958
Nº Acções	400 000 000	400 000 000
Resultado por Acção	0,876	1,614

33 – Dividendo por acção

Os dividendos distribuídos em 2018 e 2017, relativos aos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente, tiveram a seguinte composição:

	2018	2017
Resultado Líquido atribuído	100 000 000	100 000 000
Nº Acções	400 000 000	400 000 000
Dividendos por Acção	0,25	0,25

A título de remunerações, prémios de incentivo e outros benefícios atribuídos aos Órgãos Sociais, a Companhia reconheceu como custo no exercício 2018 o montante de mECV 20.851 contra mECV 18 285 em 2017.

Adicionalmente a IMPAR detém investimentos financeiros em subsidiárias, consideradas como partes relacionadas. Ver nota 17, onde são apresentados os saldos assim como os respetivos impactos em resultados.

No respeitante à subsidiária BCN a IMPAR nos exercícios de 2018 e 2017 desenvolveu relações comerciais, nomeadamente ao recebimento de prémios e pagamento de sinistros de operações de seguro directo, assim como pagamento de comissões em resultado dos negócios angariados pela subsidiária (bancassurance).

35 – Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a IMPAR é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:

INVESTIMENTOS	2018	%	2017	%
Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Vida				
Obrigações Tesouro	30 000 000	18%	100 000 000	44%
Obrigações	2 514 839	2%	5 029 667	2%
Depósitos a Prazo	-	0%	50 000 000	22%
Terrenos	62 960 000	39%	62 960 000	28%
Edifícios	9 179 830	6%	9 179 830	4%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	58 713 643	36%	0	0%
	163 368 312	6%	227 169 497	9%
Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Não Vida				
Obrigações Tesouro	190 000 000	8%	50 000 000	2%
Terrenos	18 236 148	1%	18 236 148	1%
Edifícios	315 893 169	13%	315 893 169	15%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	1 943 417 322	79%	1 771 491 123	82%
	2 467 546 639	87%	2 155 620 440	83%
Investimentos não afectos				
Terrenos	20 187 819	9%	20 187 819	9%
Edifícios	198 524 123	91%	208 524 123	91%
Depósitos a Prazo	-	0%	-	0%
Obrigações	15 000 000	7%	15 000 000	7%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	22 047 000	10%	22 047 000	10%
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda_Obrigações e Ações (-)	(37 047 000)	-17%	(37 047 000)	-16%
	218 711 942	8%	228 711 942	9%
TOTAL INVESTIMENTOS	2 849 626 893	100%	2 611 501 879	100%



36 – Natureza e extensão das Rúbricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2018 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os resseguradores. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade, por força do supra mencionado, resulta numa perda imaterial para a Companhia.

A Impar, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo na data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

Risco de acções

O risco de acções incide sobre toda a carteira de investimentos financeiros em acções.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia e as participações da Companhia em outras empresas.

O custo da acção da ENACOL, cotada na bolsa, não variou comparativamente ao exercício precedente, mantendo-se a flutuação idêntica ao do ano precedente.



Os Investimentos da Companhia no BCN e na SEPI geraram flutuações de valores com impacto positivo de aproximadamente 155.082 contos nos Capitais Próprios.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis de rendimento que são propriedade da Companhia representam 11,5 % dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis: teria o impacto de mECV 29.268

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões.

O cenário de descida de taxas é o único que poderá implicar perda de valor para a Companhia.

Risco de *spread*

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A Ímpar pratica uma política de resseguro cedido com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes

Área de análise	Cenários	Impacto resultados antes impostos	
		2018	2017
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	12 204 504	20 778 049
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro	11 716 050	13 452 288
Rendimentos	Redução de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações	143 274	163 339



O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Construção 22% - Imóveis e IMOPAR

Transportes 2% - Obrigações TACV

Energia 0,12% - Acções Enacol

Financeiro 68% - Acções BCN, SEPI e SGPS

Industrial 1,8% - Obrigações Inpharma e Acções Sita

Tecnologia 0,24% - Acções na CV Telecom e na GMT

Obrigações – 6%

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em Subsidiárias, Activos Financeiros disponíveis para venda, Obrigações e Terrenos e Edifícios.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido



considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Segurança no acesso às instalações;
- Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Política de gestão de recursos humanos;
- Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;

- Plano de continuidade de negócio, que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

- Políticas de prevenção da fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPAR se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a IMPAR implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direcções Operacionais, as quais assumem a função de áreas responsáveis;
- Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controlo Interno e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão



de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;

- Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;
- Controlos e sua avaliação;
- Recomendações.

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2018	2017
Rácio de Sinistralidade	34,3%	41,7%
Rácio de Despesa	17,9%	20,2%
Rácio Combinado	52,2%	61,9%
Rácio Financeiro	1,3%	2,4%
Rácio Operacional	51,0%	59,6%

Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:



Ramo / Grupo Ramos	Tip de Resseguro
Vida	Quota parte
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais e doença	SURPLUS
Incêndio e outros danos	SURPLUS
Riscos catastróficos	Excesso de perdas (XL)
Marítimo Casco	Quota parte / SURPLUS
Mercadorias transportadas	Quota parte / SURPLUS
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Aviação	Facultativo
Responsabilidade civil geral	Quota parte
Crédito e caução	Não temos

37 – Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mECV:

	2018	2017
Elementos constitutivos do fundo de garantia	1 660 578	1 403 575
Margem de solvência a constituir	285 050	400 398
Resultado na óptica dos prémios	259 619	372 634
Resultado na óptica dos sinistros	85 031	121 854
Fundo de garantia mínimo legal (Vida e Não Vida)	37 500	37 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	1 375 527	1 003 177
Taxa de cobertura da margem de solvência	583%	351%

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os rácios de cobertura da Margem de Solvência correspondentes a 583% e 351%, situam-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

38 – Compromissos

Foram pagos todos os compromissos referentes à liquidação da última prestação ao BANIF de 250 mil contos e de 110 mil contos aos Accionistas da SEPI.

Foram contratualmente assegurados a alguns ex-accionistas da SEPI os direitos de recompra de acções do BCN, com valores integralmente pagos, estando apenas a aguardar a não oposição do Banco Central para a consumação efectiva da transação.

39 – Reexpressão

O Conselho de Administração no exercício de 2018, procedeu à revisão das demonstrações financeiras dos exercícios de 2017 e 2016, assegurando dessa forma a comparabilidade dos valores apresentados. Os impactos resultantes da reexpressão das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são apresentados, como segue.

ACTIVO	31-12-2017				01-01-2017			
	Valor líquido			Referência	Valor líquido			Referência
	Publicado em 2017	Reexpresso	Diferença		Publicado em 2016	Reexpresso	Diferença	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	529,585,914	529,585,914	0		58,693,415	58,693,415	0	
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1,718,161,629	1,718,161,629	0		0	4,000,000	4,000,000	3)
Activos financeiros detidos para negociação			0		546,503,614	0	-546,503,614	3)
Activos disponíveis para venda	53,329,494	53,329,494	0		0	542,503,614	542,503,614	3)
<i>Empréstimos e contas a receber</i>	<i>50,000,000</i>	<i>50,000,000</i>	<i>0</i>		<i>280,000,000</i>	<i>280,000,000</i>	<i>0</i>	
Outros depósitos	50,000,000	50,000,000	0		280,000,000	280,000,000	0	
Investimentos a deter até à maturidade	155,029,667	155,029,667	0		94,610,000	94,610,000	0	
<i>Terrenos e edifícios</i>	<i>508,005,766</i>	<i>582,085,808</i>	<i>74,080,042</i>		<i>504,999,721</i>	<i>579,079,763</i>	<i>74,080,042</i>	
Terrenos e edifícios de serviço próprio	215,327,159	215,327,159	0		221,500,944	221,500,944	0	
Terrenos e edifícios de rendimento	292,678,607	366,758,649	74,080,042	2)	283,498,777	357,578,819	74,080,042	2)
Outros activos tangíveis	42,441,981	42,441,981	0		251,862,155	48,412,031	-203,450,124	4)
Inventários	391,354	391,354	0		391,354	391,354	0	
<i>Provisões técnicas de resseguro cedido</i>	<i>273,070,234</i>	<i>273,070,234</i>	<i>0</i>		<i>396,011,485</i>	<i>396,011,485</i>	<i>0</i>	
Provisões para prémios não adquiridos	86,153,169	86,153,169	0		81,983,314	81,983,314	0	
Provisão matemática	7,945,215	7,945,215	0		5,896,214	5,896,214	0	
Provisão para sinistros	178,971,850	178,971,850	0		308,131,957	308,131,957	0	
<i>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</i>	<i>87,620,316</i>	<i>85,925,300</i>	<i>-1,695,016</i>		<i>73,908,780</i>	<i>277,358,904</i>	<i>203,450,124</i>	
Contas a receber por operações de seguro directo	74,794,054	73,099,038	-1,695,016	7)	35,030,921	35,030,921	0	
Contas a receber por outras operações de resseguro	6,906,746	6,906,746	0		17,573,554	17,573,554	0	
Contas a receber por outras operações	5,919,516	5,919,516	0		21,304,305	224,754,429	203,450,124	4)
<i>Activos por impostos</i>	<i>27,058,302</i>	<i>27,058,302</i>	<i>0</i>		<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
Activos por impostos correntes	27,058,302	27,058,302	0		0	0	0	
Activos por impostos diferidos		0	0		0	0	0	
Acréscimos e diferimentos	2,581,850	2,581,850	0		11,816,736	11,816,736	0	
TOTAL ACTIVO	3,447,276,508	3,519,661,534	72,385,026		2,218,797,260	2,292,877,302	74,080,042	

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31-12-2017				01-01-2017			
	Valor			Referência	Valor			Referência
	Publicado em 2017	Reexpresso	Diferença		Publicado em 2016	Reexpresso	Diferença	
CAPITAL PRÓPRIO								
Capital	400,000,000	400,000,000	0		400,000,000	400,000,000	0	
Reservas de reavaliação	631,340,659	-8,834,148	-640,174,807		192,831,042	165,233,904	-27,597,138	
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-8,534,148	-8,834,148	-300,000	5)	43,281,569	165,233,904	121,952,335	5)
Por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	27,297,138	0	-27,297,138	6)	27,297,138	0	-27,297,138	6)
Por revalorização de activos intangíveis		0	0		122,252,335	0	-122,252,335	5)
Por investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	612,577,669	0	-612,577,669	1)	0	0	0	
Outras reservas	384,183,268	384,183,268	0		344,161,301	344,161,301	0	
Resultados transitados		82,786,769	82,786,769	2) ; 6)		82,486,769	82,486,769	2) ; 6)
Resultado do exercício	189,069,595	645,439,958	456,370,363	1)	140,021,967	140,321,967	300,000	
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	1,604,593,522	1,503,575,847	-101,017,675		1,077,014,310	1,132,203,941	55,189,631	
PASSIVO								
Provisões técnicas	1,061,957,299	1,061,957,299	0		960,046,073	960,046,073	0	
Provisão para prémios não adquiridos	198,236,789	198,236,789	0		180,613,599	180,613,599	0	
Provisão para seguros e operações do ramo vida	83,076,464	83,076,464	0		83,525,404	83,525,404	0	
Provisão para sinistros	757,565,595	757,565,595	0		694,983,013	694,983,013	0	
De vida	5,204,313	5,204,313	0		2,660,513	2,660,513	0	
De acidentes de trabalho	66,360,423	66,360,423	0		73,024,898	73,024,898	0	
De automóvel	395,422,860	395,422,860	0		328,695,739	328,695,739	0	
De outros ramos	290,577,999	290,577,999	0		290,601,863	290,601,863	0	
Provisões para participação nos resultados	661,879	661,879	0		924,057	924,057	0	
Provisão para riscos em curso	22,416,572	22,416,572	0		0	0	0	
Outros credores por operações de seguros e outras operações	658,317,277	658,317,277	0		111,326,749	111,326,749	0	
Contas a pagar por operações de seguro directo	11,538,816	11,538,816	0		9,481,245	9,481,245	0	
Contas a pagar por outras operações de resseguro	86,459,337	86,459,337	0		59,397,539	59,397,539	0	
Contas a pagar de Empréstimos bancários		0	0				0	
Contas a pagar por outras operações	560,319,124	560,319,124	0		42,447,965	42,447,965	0	
Passivos por impostos	98,954,254	116,149,650	17,195,396		45,113,215	64,003,626	18,890,411	
Passivos por impostos correntes	98,954,254	97,259,239	-1,695,015	7)	45,113,215	45,113,215	0	
Passivos por impostos diferidos		18,890,411	18,890,411	2)		18,890,411	18,890,411	2)
Acréscimos e diferimentos	6,754,197	6,754,197	0		8,596,953	8,596,953	0	
Outras provisões	16,699,960	172,907,265	156,207,306	1)	16,699,960	16,699,960	0	
TOTAL PASSIVO	1,842,682,986	2,016,085,687	173,402,702		1,141,782,950	1,160,673,361	18,890,411	
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	3,447,276,508	3,519,661,534	72,385,027		2,218,797,260	2,292,877,302	74,080,042	

CONTAS DE GANHOS E PERDAS	31-12-2017			
	Publicado em 2017	Reexpresso	Diferença	Referência
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	582,736,844	582,736,844	0	
Prémios brutos emitidos	1,013,387,642	1,013,387,642	0	
Prémios de resseguro cedido	-417,197,463	-417,197,463	0	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-17,623,190	-17,623,190	0	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4,169,855	4,169,855	0	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-415,560,977	-415,560,977	0	
Montantes pagos	-223,920,138	-223,920,138	0	
Montantes brutos	-360,572,753	-360,572,753	0	
Parte dos resseguradores	136,652,615	136,652,615	0	
Provisão para sinistros (variação)	-191,640,839	-191,640,839	0	
Montante bruto	-62,480,732	-62,480,732	0	
Parte dos resseguradores	-129,160,107	-129,160,107	0	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-22,416,572	-22,416,572	0	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-786,725	-786,725	0	
Montante bruto	-2,835,726	-2,835,726	0	
Parte dos resseguradores	2,049,001	2,049,001	0	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-397,629	-397,629	0	
Custos e gastos de exploração líquidas	-204,407,720	-204,407,720	0	
Custos de aquisição	-104,319,317	-104,319,317	0	
Custos de aquisição diferidos (variação)			0	
Gastos administrativos	-100,088,403	-100,088,403	0	
Comissões e participação nos resultados de resseguro	69,884,842	69,884,842	0	
Rendimentos	33,130,351	33,130,351	0	
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	29,654,648	29,654,648	0	
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			0	
Outros	3,475,703	3,475,703	0	
Gastos financeiros	-9,246,252	-9,246,252	0	
Outros	-9,246,252	-9,246,252	0	
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0	
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0	
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro	0	0	0	
Outras provisões (variação)	-44,957,486	-201,164,792	-156,207,306	1)
Outros rendimentos / gastos	265,806,014	265,806,014	0	
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	0	612,577,669	612,577,669	1)
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0	0	0	
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	253,784,691	710,155,054	456,370,363	
Imposto sobre o rendimento do exercício	64,715,096	64,715,096	0	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	189,069,595	645,439,958	456,370,363	

1) O valor apresentado na rubrica Reservas de reavaliação - Por investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de Dezembro de 2017 foi revisto, tendo a sua apresentação sido reexpressa. A referida revisão originou a reexpressão do valor para a rubrica Goodwill negativo, reconhecido imediatamente na Conta de ganhos e perdas. Foi, adicionalmente, reconhecida uma provisão na rubrica de Outras provisões, para riscos de atividade, decorrente do processo de compra de acções do BCN e SEPI que se verificou em 2017. Decorrente da referida revisão, o montante total de capitais próprio em 31 de Dezembro de 2017 reduziu em cerca de 156.207 contos;

2) Os valores apresentados na rubrica de Terrenos e edifícios de rendimento em 1 de Janeiro de 2017 e 31 de Dezembro de 2017 foram revistos, tendo a sua apresentação sido reexpressa. A referida revisão originou o incremento do valor do activo, no

montante de cerca de 74.080 contos, por contrapartida do incremento da rubrica de Resultados transitados, em cerca de 55.190 contos, e do valor reconhecido na rubrica de Passivos por impostos diferidos, em cerca de 18.890 contos;

3) O valor apresentado na rubrica Activos financeiros detidos para negociação em 1 de Janeiro de 2017 foi revisto, tendo a sua apresentação sido reexpressa. A referida revisão originou a reclassificação entre rubricas do ativo, sem qualquer impacto no montante total de capitais próprios;

4) O valor apresentado na rubrica Outros activos tangíveis em 1 de Janeiro de 2017 foi revisto, tendo a sua apresentação sido reexpressa. A referida revisão originou somente a reclassificação entre rubricas do ativo, sem qualquer impacto no montante total de capitais próprios;

5) O valor apresentado nas rubricas de Reservas de reavaliação em 1 de Janeiro de 2017 foi revisto, tendo a sua apresentação sido reexpressa. A referida revisão originou somente a reclassificação entre rubricas de Reservas de reavaliação, sem qualquer impacto no montante total de capitais próprios.

6) Os valores apresentados na rubrica de Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio em 1 de janeiro de 2017 e 31 de Dezembro de 2017 foram revistos, tendo a sua apresentação sido reexpressa. A referida revisão originou somente a reclassificação do valor para resultados transitados, sem qualquer impacto no montante total de capitais próprios.

7) O valor apresentado na rubrica Passivos por impostos correntes em 31 de Dezembro de 2017 foi revisto, tendo a sua apresentação sido reexpressa. A referida revisão originou a reclassificação do valor para a rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo, sem qualquer impacto no montante total de capitais próprios.

40 - Eventos subsequentes

Não se conhecem à data da elaboração deste relatório eventos com impacto significativo nesta apresentação de contas.

41 – Outras informações

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2018:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2018:

- a) **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes'. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **Alterações à IFRS 15**, 'Rédito de contratos com clientes'. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- c) **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros'. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – 'Contratos de Seguro' (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021. O Regulamento da EU 2017/1988, de 3 de novembro, alargou a possibilidade de tal adiamento a conglomerados financeiros (que incluam bancos e seguradoras). A norma quando aplicada terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- d) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)'. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e aplica-se às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Ver comentários acima no parágrafo relativo à IFRS 9.
- e) **IFRS 2** (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações'. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- f) **IAS 40** (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento'. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Esta alteração tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- g) **Melhorias às normas 2014 – 2016**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- h) **IFRIC 22** (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação"

determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Esta IFRIC não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **IFRS 9** (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Ver comentários acima no parágrafo relativo à IFRS 9.
- c) **IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor

esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 19** (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

- c) **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.
- d) **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo 'principais utilizadores das demonstrações financeiras', sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Não é expectável que a adoção futura destas alterações tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- e) **Melhorias às normas 2015 – 2017** (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não é expectável que a adoção futura da melhoria às referidas normas tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- f) **Estrutura conceitual**, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas a aprovação pela União Europeia. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto /



rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. Não é expectável que a adoção futura destas alterações tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- g) **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.



04 - PARECER DO ATUÁRIO

PARECER ATUARIAL

Para se emitir o parecer atuarial sobre a constituição das provisões técnicas da Seguradora IMPAR no período vigente de 01/01/2018 à 31/12/2018, tivemos de analisar se todas as constituições encontram-se em conformidade com o previsto e aprovado pelo Banco de Cabo Verde, nomeadamente o Parecer nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, assim foram avaliadas as provisões para os ramos "VIDA" e "NÃO VIDA":

PROVISÕES PARA O RAMO VIDA

As provisões matemáticas, que foram constituídas para o ramo vida estão de acordo com o disposto no Aviso nº 05/2010 e no Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

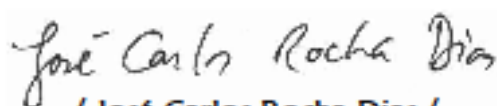
Essas provisões foram constituídas em conformidade com as bases de cálculo estabelecidas no referido Aviso e Decreto-Legislativo e são de uma forma geral suficiente para cobrir as provisões de sinistro.

PROVISÕES PARA O RAMO NÃO-VIDA

As provisões técnicas constituídas para este ramo, foram calculadas respeitando as bases técnicas previstas na lei e ainda em vigor a saber: o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

De um modo geral as provisões técnicas e matemáticas constituídas são suficientes para cobrir os sinistros, o que se confirma comparativamente quando se observa os cálculos e comportamento nos anos anteriores.

Praia, 13 de Março de 2019


- / José Carlos Rocha Dias / -
- Atuário -



0.5 - RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL (“Companhia”), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018, a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Companhia de acordo com os requisitos do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (“IESBA”) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no Código de Ética do IESBA.

Ênfases

- (i) Conforme divulgado nas notas 1 e 39 do anexo às demonstrações financeiras, os valores comparativos apresentados relativos a 31 de dezembro de 2017 e 1 de janeiro de 2017 foram reexpressos;
- (ii) Conforme descrito na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Companhia não prepara demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal. Também como divulgado na referida nota, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas conduziria a um resultado líquido e a capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas demonstrações financeiras anexas da Companhia, uma vez que a mesma mensura os investimentos detidos em entidades filiais relevantes pelo método da equivalência patrimonial, apropriando-se da respetiva quota parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades relevantes controladas.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Companhia ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

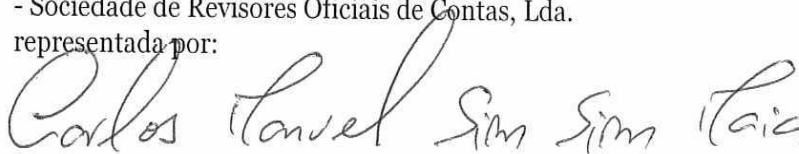
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

25 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.



0.6 - RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 – Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

2 – No decurso do exercício acompanhamos, com periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade da empresa. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e procedemos às inspeções que consideramos actos do Conselho de Administração, o qual, no melhor espírito de colaboração, nos apresentou sempre as provas e os esclarecimentos solicitados.

3 – No âmbito das nossas funções verificamos que:

- i) as Demonstrações Financeiras e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

4 – Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas e com base no relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Independente, a PWC, relatório esse que não inclui reservas, mas menciona temas relevantes identificados por eles no decurso dos trabalhos de auditoria e que justificam a necessidade de reexpressão dos números comparativos relativos ao exercício de 2017, como por exemplo:

- Badwill: participações financeiras detidas no BNC e SEPI

No exercício de 2017 a IMPAR reconheceu o badwill apurado após a aquisição das participações no BNC e na SEPI, na rubrica "reservas de reavaliação por investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos", no seu capital próprio. Conforme definido na IAS 27, norma de relato financeiro aplicável, o referido badwill deveria ter sido reconhecido na demonstração de resultados. Face ao referido, as demonstrações financeiras comparativas do exercício de 2017 deverão ser reexpressas em conformidade, dada a materialidade do montante em causa (612.578 milhares de ECV);

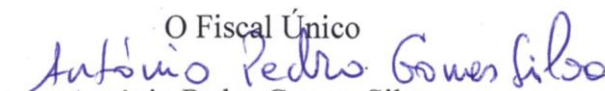
➤ Imóveis de rendimento:

Conforme definido nas políticas contabilísticas da IMPAR e em conformidade com a IAS 40, os imóveis de rendimento, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao justo valor, determinado anualmente, sendo as variações reconhecidas na demonstração de resultados. Verificámos que nas demonstrações financeiras de 2017 os imóveis de rendimento detidos se encontram valorizados pelo custo de aquisição, não tendo sido determinado o respetivo justo valor. Entretanto, a Companhia procedeu à avaliação dos referidos imóveis de forma a determinar o justo valor com referência a 31.12.2018, 31.12.2017 e 31.12.2016, apurando a variação de justo valor a reconhecer nos exercícios de 2018 e 2017, assim como o impacto em resultados transitados. Tendo por base o normativo fiscal, o montante reconhecido na demonstração de resultados não deverá ser considerado para a determinação da matéria coletável, originando o reconhecimento de impostos diferidos;

somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

S.Vicente, 12 de Março de 2019

O Fiscal Único

António Pedro Gomes Silva